

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELLEN VAZ DA SILVA

ENSINO MÉDIO: A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DOS(AS)  
PEDAGOGOS(AS) E SUAS RELAÇÕES COM OS(AS) JOVENS DO ENSINO  
MÉDIO NOTURNO

CURITIBA

2020

HELLEN VAZ DA SILVA

ENSINO MÉDIO: A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DOS(AS)  
PEDAGOGOS(AS) E SUAS RELAÇÕES COM OS(AS) JOVENS DO ENSINO  
MÉDIO NOTURNO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Léia de Cássia Fernandes Hegeto

CURITIBA

2020

Dedico esta monografia a Deus, ao meu pequeno Isaías Rafael que me ajudou com seu olhar acolhedor cheio de amor, ao meu esposo Rafael que foi meu ajudador e aos meus pais, Simone e Esli, por sempre me incentivar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por tudo.

À Prof Dr<sup>a</sup>. Léia de Cássia Fernandes Hegeto, que foi uma das inspirações para a escolha do tema desta monografia. Foi uma professora acolhedora, profissional, ética e acima de tudo humana.

Agradeço a disponibilidade da Prof. Dr<sup>a</sup> Roberlayne Borges Roballo por aceitar participar da banca e contribuir com este Trabalho de Conclusão de Curso.

Não poderia deixar de oferecer o meu agradecimento à minha grande amiga Maria Fernanda Mileski de Paula que sempre me apoiou com palavras e atitudes.

À Universidade, que me proporcionou um aprendizado significativo, me ajudando a ser uma profissional de qualidade.

E, por fim, agradeço à minha família. Meu pequeno filho Isaias Rafael, que com seu carinho e sem saber me deu forças para continuar. Ao Rafael, meu esposo, que com as palavras de amor me ajudou mostrando e sempre dizendo que eu ia conseguir, com seus abraços e o seu amor, foi amigo e paciente. E aos meus pais, Simone e Esli, que muitas vezes para me ajudar colocaram suas necessidades em segundo plano. Cheguei aqui por eles!

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo geral evidenciar a importância da função social da escola, do pedagogo e a visão dos sujeitos do Ensino Médio, utilizando-se de documentos e materiais que demonstram como é crucial ter um olhar sensibilizado com os(as) jovens alunos(as). A importância e organização do Ensino Médio, como direito irrevogável e objetivo de proporcionar uma aprendizagem e desenvolvimento integral dos alunos. Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa, demonstrando por meio referências bibliográficas de autores tais como Paulo Freire (1987), Miguel Arroyo (2014), Paulo Carrano (2014), Juarez Dayrell (1996) entre outros, para enfatizar a importância de pensar as diversidades existentes no meio social e que refletem no meio escolar, utilizando-se de pesquisas e autores que discutem sobre os temas abordados. Foi realizado um questionário com alunos e professores do Ensino Médio noturno, em um Colégio Estadual, para observar os motivos da não frequência dos alunos, que serviu como subsídio para a escrita do trabalho. Como resultados das respostas, destaca-se que o cansaço dos alunos, as metodologias utilizadas pelos professores e o ambiente estrutural da escola são alguns dos fatores que contribuem para a não frequência dos estudantes.

Palavras-chave: Função social. Escola. Pedagogo. Alunos. Direitos.

## **ABSTRACT**

This work has the general objective of highlighting the importance of the social function of the school, of the pedagogue and the view of the subjects of High School, using documents and materials that demonstrate how crucial it is to have a sensitized look with the young students (at). The importance and organization of Secondary Education, as an irrevocable right and objective of providing integral learning and development for students. As a methodology, qualitative research was used, demonstrating bibliographic references from authors such as Paulo Freire (1987), Miguel Arroyo (2014), Paulo Carrano (2014), Juarez Dayrell (1996) among others, to emphasize the importance of thinking about the existing diversity in the social environment and that reflect in the school environment, using research and authors who discuss the topics covered. A questionnaire was carried out with students and teachers of night high school, in a State College, to observe the reasons for the non-attendance of students, which served as a subsidy for writing the work. As a result of the responses, it is highlighted that the tiredness of the students, the methodologies used by the teachers and the structural environment of the school are some of the factors that contribute to the non-attendance of the students.

Keywords: Social function. School. Pedagogue. Students. Rights.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – MOTIVO DE FALTAS

55

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

|      |                                              |
|------|----------------------------------------------|
| BNCC | - Base Nacional Comum Curricular             |
| PPP  | - Projeto Político Pedagógico                |
| LDB  | - Lei de Diretrizes e Bases                  |
| DCNs | - Diretrizes Curriculares Nacionais          |
| EJA  | - Educação de Jovens e Adultos               |
| UFPR | - Universidade Federal do Paraná             |
| ECA  | - Estatuto da Criança e do Adolescente       |
| PPC  | - Proposta Pedagógica Curricular             |
| PTD  | - Plano de Trabalho Docente                  |
| APMF | - Associação de Pais, Mestres e Funcionários |
| RCO  | - Registro de Classe Online                  |
| RBA  | - Rede Brasil Atual                          |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                               |           |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                             | <b>09</b> |
| <b>2</b> | <b>A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DO PEDAGOGO</b>                                                                                        | <b>12</b> |
| 2.1      | FUNÇÃO DO PEDAGOGO ESCOLAR                                                                                                                    | 16        |
| <b>3</b> | <b>OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE</b>                                                                                              | <b>23</b> |
| 3.1      | O ENSINO MÉDIO E A PANDEMIA DA COVID'19'                                                                                                      | 27        |
| 3.2      | ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL                                                                                         | 29        |
| 3.3      | O CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO, A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC                                                                         | 31        |
| <b>4</b> | <b>QUEM SÃO OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO?</b>                                                                                                    | <b>37</b> |
| 4.1      | O(A) ALUNO(A) DO ENSINO MÉDIO COMO SUJEITO DE DIREITOS                                                                                        | 39        |
| <b>5</b> | <b>CAMINHO METODOLÓGICO E OS RESULTADOS DA PESQUISA:<br/>ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES<br/>INTRA E EXTRAESCOLARES</b> | <b>48</b> |
| 5.1      | RESULTADOS DA PESQUISA: ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO<br>ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES INTRA E EXTRAESCOLARES                              | 51        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                                   | <b>59</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                            | <b>61</b> |
|          | <b>ANEXO</b>                                                                                                                                  | <b>65</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito irrevogável. Sendo assim, a escola deve buscar a garantia de uma educação inclusiva e de qualidade, visando o desenvolvimento integral de cada sujeito. A partir do reconhecimento ao direito à educação, é necessário pensar questões como: Qual é a função social da escola? Como os(as) jovens chegam até a escola? Como garantir uma educação que permita um aprendizado de qualidade e significativo, que permita aos sujeitos um pensamento crítico, um olhar individual e coletivo perante a sociedade? É importante desenvolver o respeito às diversidades existentes na escola, que são reflexos da sociedade em que os alunos e comunidade escolar estão inseridos.

Partindo do pensamento de que a escola abrange diversidades sociais, é preciso pensar em ações para não repetir nesse espaço as injustiças sociais cometidas fora dela. Para isso, a equipe gestora, o(a) pedagogo(a) e os(as) professores, precisam repensar suas práticas e, também, embasar suas ações em documentos norteadores para uma educação inclusiva e reflexiva.

O Ensino Médio é uma etapa importante da educação obrigatória e para falar sobre ele não se pode deixar de lado os sujeitos que o compõem. Sendo assim, quais os desafios e o que compõe o Ensino Médio? Quais são os direitos que o embasam e quais os documentos legais que garantem esses direitos? Repensar o currículo é um dos passos para garantir um desenvolvimento integral, pois é a partir dele que as práticas se apoiam e, para isso, a escola precisa olhar para os alunos e alunas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

Os(as) alunos(as) que frequentam o Ensino Médio, são jovens que trazem consigo vivências, experiências e conceitos antes de estarem dentro da escola. Esse fato precisa ser considerado para que toda essa diversidade de pensamentos seja respeitada, para promover cada vez mais discussões e valorização dos jovens sujeitos do Ensino Médio.

A partir dessas questões, cabe pensar que o pedagogo escolar é fundamental para se desenvolver uma educação justa e de qualidade. É função do pedagogo organizar e orientar. Embora não haja mudança sozinho, é necessário que a escola, em conjunto, construa ações e significados em que os sujeitos sejam o centro da sua aprendizagem. O papel do pedagogo no Ensino Médio, além de

organizar e orientar, é ter um olhar sensibilizado aos jovens sujeitos que compõem e fazem desta uma etapa muito importante da vida.

A pesquisa ora apresentada teve como objetivo geral: evidenciar a importância da função social da escola, do pedagogo e a visão dos sujeitos do Ensino Médio noturno.

Foram definidos como objetivos específicos: analisar o encaminhamento do pedagogo com alunos do Ensino médio noturno; especificar os desafios do Ensino Médio na atualidade, considerando a organização dessa etapa; e pontuar quem são os alunos do Ensino Médio.

A questão norteadora da pesquisa foi: qual tem sido o papel do pedagogo na organização do Ensino Médio e as expectativas dos alunos que ingressam na escola, especialmente no período noturno?

A metodologia escolhida para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, que por meio de livros, artigos e textos, pode embasar e pesquisar sobre o tema, evidenciando as ideias sobre a função social do Ensino Médio, da escola, dos(as) pedagogos(as) e alunos(as). Foi também utilizada a metodologia documental, que permitiu a pesquisa sobre a atualidade em artigos, legislações e possibilitou uma integração e complementação da metodologia bibliográfica e para subsídio da escrita, utilizou-se um questionário aplicado com alunos e professores do Ensino Médio noturno.

Para tanto, o texto foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo é tratado sobre a função social da escola perante seus alunos(as), respeitando e garantindo os direitos sociais de todos(as) inseridos na escola, Além disso, expõe-se sobre o papel do(a) pedagogo(a) como organizador e orientador, ou seja, como o pedagogo estará diante das situações adversas e qual a sua função como profissional no Ensino Médio, utilizando se de textos embasadores de autores como Freire (1987), Saviani (2013), entre outros.

No segundo capítulo expõe-se sobre os desafios da atualidade no Ensino Médio regular, sobre a relação aluno(a) com escola e com o(a) professor(a). Ao considerar o momento de pandemia da Covid-19, em 2020, destacando alguns dos desafios que alunos(a) e professores(a), enfrentam no momento de pandemia, utilizando um artigo do autor Cury (2020), que embasou sobre o tema, neste capítulo também aparece sobre a organização do Ensino Médio, onde são colocados o currículo, o novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) e demais documentos norteadores. Destacam-se os autores que foram embaixadores tais como Arroyo (2014), Krawczyk (2014), entre outros.

No terceiro capítulo, a abordagem é sobre os(as) alunos(as) do Ensino Médio, quem são os(as) jovens que frequentam a escola e apresentação de quais os principais desafios enfrentados por estes sujeitos, embasando-se em autores, tais como Dayrell (1996), Carrano (2014), entre outros. Aparece, também, quais são os seus direitos diante da escola e do ensino aprendizagem.

O quarto capítulo trata-se do caminho da pesquisa, como foi embasada e construída, destacando-se as metodologias utilizadas e os principais resultados. Este capítulo trata, ao fim, sobre a atuação do pedagogo, especificando a atuação deste profissional no Ensino Médio, pautando algumas vivências e experiências.

## 2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DO PEDAGOGO

A função social da escola abrange várias intenções e significados, que vão desde promover um aprendizado significativo, a socialização e a compreensão do eu e do outro, até a oportunidade de desenvolver o aluno de forma crítica e humana. Ou seja, ajuda o jovem a encontrar o caminho para conviver e se desenvolver em sociedade. Segundo Paulo Freire:

A função da escola é proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. Esta função socializadora nos remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural (FREIRE, 2000, p. 104).

Partindo desta ideia, a escola não deve ser vista como um fator isolado, pois não é somente o ambiente estrutural escolar que irá promover o desenvolvimento dos seus alunos(as). A escola é um total de pequenas partes individuais e coletivas, de olhares, culturas e economias diferentes. A escola é um lugar de indivíduos diferentes, mas com um direito comum entre si assegurado por lei. Tal direito é apresentado na Constituição Federal (1988) que afirma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 124).

Quando se pensa em escola e sociedade, abrem-se diversas discussões, pois ambas se complementam na prática social. Para Saviani:

Se a educação é mediação, isto significa que ela não se justifica por si mesma mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica. Considerando-se, como já se explicitou, que, dado o caráter da educação como mediação no seio da prática social global, a relação pedagógica tem na prática social o seu ponto de partida e seu ponto de chegada, resulta inevitável concluir que o critério para se aferir o grau de democratização atingido no interior das escolas deve ser buscado na prática social (SAVIANI, 2013, p. 236).

É preciso reconhecer que a educação é um direito irrevogável e cabe à escola garantir esse direito e oferecer a todos os educandos uma educação

significativa. É permitindo uma socialização adequada e trocas de experiências que a função social da escola vai tomando forma e significado. Segundo Freire (1987, p. 44), “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”

A escola é um espaço de socialização, sendo assim, precisa ser um lugar de trocas de experiências, diálogo e de conflitos, considerando que há diferenças de ideias e interesses entre os educandos, professores(as) e a comunidade escolar em si.

A escola, como espaço socio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar (DAYRELL, 1996. p. 02).

Não se pode deixar de lado a importância do diálogo que é um fator determinante na interação e integração dos indivíduos na sociedade e na instituição escolar, sendo indissociável da formação acadêmica.

Defende-se que a escola é um total de pequenas partes, sendo necessária a conciliação familiar e da comunidade para que esse educando participe e para que o desenvolvimento seja conjunto. A função social da escola é promover essa conciliação entre ambos os aspectos, embora encontre dificuldades e carências.

A escola brasileira contemporânea enfrenta um grande desafio atualmente, que é garantir a aprendizagem a todos os seus alunos, pois há diversas transformações no meio. De acordo com Heerdt (2003, p. 69), “o grande desafio, sem dúvida, não é o de estar ciente destas transformações, mas sim integrá-las e contemplá-las no trabalho educacional.” Só se consegue atingir este objetivo quando o espaço escolar assume que as dificuldades do aluno(a) não são somente deles, mas sim de todo o contexto em que o ensino é concebido, ministrado e avaliado.

A escola tem como objetivo promover o conhecimento, abrindo caminhos para que os alunos(as) possam garantir o seu direito à educação. Segundo Dayrell (1996, p.05), “A escola é vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade.”

É indispensável à escola, portanto, aliar os conhecimentos científicos com os conhecimentos prévios de seus alunos(as) e socializar o conhecimento sistematizado, adotando uma postura democrática e participativa em seu interior.

Quando se pensa na realidade da escola pública, se depara com as diversas diferenças existentes no meio social, pois escola e sociedade não são separadas. A escola tem como função social trabalhar com as diferenças, respeitando cada individualidade. “Diante de nós estão outras corporalidades e histórias, de meninos singulares e plurais em suas diversidades. Como também, se olharmos do ponto de onde eles nos olham, para eles, também somos o outro” (TEIXEIRA, 2014, p. 19).

Partindo das diferenças existentes, é necessário um olhar sensível, pois a escola abrange várias culturas e heranças culturais. Neste caso, cabe à organização escolar promover esta inclusão e também trocas. A educação e o ato de aprender está inserida no processo do indivíduo, sendo necessário a escola considerar esse desenvolvimento. Antes mesmo de estar dentro da escola o(a) aluno(a) aprenderá diversas coisas e trará esses aprendizados anteriores para o meio escolar.

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes do processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas mais diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico, quanto o domínio das práticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano. Este último, enquanto uma experiência que atravessa toda sociedade e toda cultura, não se caracteriza somente pela unidade do gênero humano, mas, sobretudo, pela riqueza da diversidade (GOMES, 2007, p. 18).

A escola é um espaço coletivo e amplo, onde se encontram diversas realidades sociais, culturais e econômicas, entre elas está o poder aquisitivo. Os alunos(as) que apresentam uma condição financeira melhor, por exemplo, poderão ter acesso ao lazer, às representações artísticas, terão condições para suas necessidades pessoais e poderão demonstrar menos dificuldades para se desenvolver no processo educativo. Contrapõem-se com os(as) alunos(as) que não possuem o mesmo poder aquisitivo, que algumas vezes não têm acesso às necessidades básicas, como saúde, lazer e moradia, e podem vir a apresentar dificuldades no processo escolar.

A escola muitas vezes não reconhece o que o aluno traz do meio social e seus conhecimentos prévios. Ou seja, o(a) aluno(a) não é uma tábula rasa, a educação não deve ocorrer no modelo de uma educação bancária. Embora esse exemplo não seja uma regra, pode variar, pois qualquer aluno(a) poderá apresentar dificuldades e terá direito de ser auxiliado.

Porém, cabe como função da escola, do corpo docente e pedagogos(as), utilizarem-se do princípio da equidade, que é observar em seus alunos quem mais precisa. Desta maneira, se dá mais apoio a quem necessita, para permitir uma desenvoltura. Neste caso, a função social da escola é permitir ao aluno(a) com menos acesso a oportunidade de acessar e conhecer:

A equidade é considerada na comunicação como a condição através da qual os indivíduos podem obter vantagens da educação e formação, em termos de oportunidades, acesso, frequência e resultados (Demeuse, Baye e Doherty, 2007). Assim, para a Comissão Europeia um sistema de educação e formação é equitativo quando “os seus resultados são independentes do background socioeconômico e de outros fatores conducentes a desvantagens educativas” e quando “a frequência contempla necessidades de aprendizagem individuais específicas” (LEMOS, 2013, p. 152).

A escola não pode reforçar as desigualdades existentes de maneira negativa, ou seja, privando os(as) alunos(as) que necessitam de mais apoio e atenção. Deve, em contrapartida, promover ações com equidade, resultando no respeito individual de cada um, pois a escola não está ligada somente nos conteúdos, mas na sociedade em si.

A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação (FREIRE, 1987, p. 54).

Entre várias funções, defende-se que a função social da escola é permitir o acesso à educação com respeito às individualidades políticas, sociais, econômicas, entre outros. Cabe à escola desenvolver essa visão social na comunidade escolar, considerando que educação não representa somente conteúdos acadêmicos, mas sim todos os aspectos presentes para um desenvolvimento integral do indivíduo. “Os

homens, pelo contrário, porque são consciência de si e, assim, consciência do mundo, porque são um ‘corpo consciente’, vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade.” (FREIRE, 1987, p.57).

No Ensino Médio, os(as) alunos(as) com distorção da idade/série algumas vezes apresentam dificuldades encontradas na vida pessoal, como o mercado de trabalho e também na vida escolar, tais como, estar em uma sala com colegas com uma grande diferença de idade, desta maneira refletindo a fragilidade em ambas. É necessário um olhar constante nas mudanças sociais, políticas e econômicas, pois refletem no aprendizado e convívio escolar.

## 2.1 FUNÇÃO DO PEDAGOGO ESCOLAR

A escola pública atual e a função do pedagogo encontram algumas dificuldades e fragilidades, tais como: orientar os(as) professores(as) considerando as diversidades e orientar os(as) alunos(as) e familiares. Ou seja, a função do(a) pedagogo(a) é abrangente e de grande importância para o desenvolvimento integral do aprendizado escolar.

O papel do(a) pedagogo(a), por ser abrangente, necessita de planejamento, pois não é somente ouvir os(a) alunos(a) e professores(a), mas sim planejar estratégias para solucionar, encaminhar e auxiliar no que é necessário. Para além disso, é necessário compreender a educação de qualidade como um direito dos sujeitos que estão inseridos na escola.

Discutir o papel do Pedagogo implica reconhecer que uma escola não é fruto somente do que se deseja, nem mesmo do que se dispõe a fazer, no sentido de “é só arregaçar as mangas que se consegue”, mas, também, de toda uma determinação histórica, geográfica, econômica e social, a qual pode promover os sujeitos, bem como privá-los de construir sua história e de suas conquistas, como o direito à educação (SALERNO; LOPES; KFOURI, 2015, p. 03).

A partir disso, a função do(a) pedagogo(a) está em documentos, tais como as atribuições do pedagogo, nos quais o pedagogo deverá seguir, embasando seu trabalho. Na Resolução 1313/16 do Município de Curitiba, é descrito sobre o apoio do pedagogo(a) para os(as) alunos(as), família, comunidade escolar e professores(as), momentos de estudos para os professores(as), formação continuada, acessibilidade para alunos(as) com necessidades especiais,

acompanhamento de registro, atividades dos(as) professores(as) e elaboração de documentos.

Há também as atribuições do pedagogo do Estado do Paraná<sup>1</sup>, que abrange e orienta para o trabalho dos(as) pedagogos(as), sendo eles: assegurar que os dias letivos sejam cumpridos, administrar os materiais, supervisionar o funcionamento da escola, visando o cumprimento da legislação, orientar o trabalho docente e orientar alunos(as), família e comunidade (PARANÁ, 2019).

A função do(a) pedagogo(a) está embasada em documentos, não somente em suas atribuições, mas também na construção dos documentos escolares, em que se observa em cada ambiente suas necessidades, ideias e práticas:

O pedagogo é aquele que não fica indiferente, neutro diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade do processo. O conflito por isso está na base de toda a pedagogia. Percebe-se aqui o pedagogo como articulador do trabalho coletivo da escola, articula a concepção de educação da escola, as relações políticas, sociais, culturais e históricas (PARANÁ, 2010, p. 8).

Quando se pensa no ambiente escolar, o(a) pedagogo(a) é a chave para se desenvolver uma gestão democrática, para que todos os envolvidos sejam participantes e escutados (em que as decisões não estão concentradas em uma chefia) e para construir um ambiente para todos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), que a sua construção faz parte do papel do(a) pedagogo(a), é um dos documentos mais importantes para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. É neste documento que coexistem as medidas e ações que a equipe pedagógica escolar irá realizar. Não cabe somente ao(a) pedagogo(a) construir este arquivo, mas sim a equipe toda da escola e também a comunidade. De acordo com Veiga:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2004, p. 38).

---

<sup>1</sup> Citado no Edital N° 70/2019 da Secretaria da Educação e do Estado.

Levando estas questões em consideração, compreende-se que o pedagogo tem diversas atribuições, entre elas está a coordenação e orientação dos alunos. Ou seja, “Assegurar, junto à comunidade educativa, ações com vistas à garantia dos direitos dos(as) educandos(as), realizando as articulações necessárias com os órgãos competentes.” (CURITIBA, 2016, p. 62).

Neste aspecto, é possível abordar sobre a individualidade de cada aluno(a), observando sobre o seu direito à educação, segurança e respeito, entrando na relação aluno(a) e escola. Deve-se permitir, por meio de diálogos e propostas, que sujeito e meio interajam entre si. A partir deste ponto, defende-se que a prática pedagógica é essencial. É preciso considerar que dar a voz e possibilitar a troca de experiências oportuniza diversos aprendizados:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele (FREIRE, 1996, p. 71).

Com isso, o pedagogo escolar necessita ter contato próximo com a sala de aula, sendo essa uma das atribuições do pedagogo. Apresenta-se como direcionamento “Orientar e acompanhar os/as professores/as em relação ao planejamento, execução e avaliação do trabalho educativo, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da unidade.” (CURITIBA, 2016, p.61), Isto aparece para evidenciar que, em alguns momentos se necessário, se possa auxiliar o(a) professor(a) em horas de estudo, no desenvolvimento de sua prática. Junto ao(a) pedagogo(a) e a comunidade escolar, é imprescindível a importância do desenvolvimento dos envolvidos.

Sabe-se que a educação, como prática social histórica, transforma-se pela ação dos homens e produz transformações nos que dela participam. Dessa forma, é fundamental que o professor esteja sensibilizado em reconhecer que, ao lado das características observáveis do fenômeno, existe um processo de transformação subjetiva, que não apenas modifica as representações dos envolvidos, mas produz uma resignificação na interpretação do fenômeno vivido, o que produzirá uma reorientação nas ações futuras. Assim, é importante que o professor compreenda as transformações dos alunos, das práticas, das circunstâncias em processo (FRANCO, 2015, p. 608).

Durante a experiência do Estágio<sup>2</sup> Supervisionado na Organização Escolar , proporcionado pela Universidade Federal do Paraná, houve a oportunidade de vivenciar os momentos entre alunos(as) e professores(as) e a intervenção dos(as) pedagogos(as), quando necessário, organizando e orientando o trabalho docente. Possibilitando momentos com diálogos entre os(as) estagiários(as) e alunos(as) , em que os alunos(as) contavam e colocavam as suas dificuldades durante o curso do Ensino Médio no período noturno.

A partir desta vivência em um Colégio Estadual de Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, foi possível observar e analisar que a etapa do Ensino Médio na escola pública noturna (em que se pôde fazer esta análise) é uma etapa importante e sensível para os(as) alunos(as). Alguns desses estudantes observados, que são adolescentes, apresentam uma fragilidade. Em alguns momentos se mostram desmotivados, pelo cansaço da jornada de trabalho durante o dia inteiro e pela falta de oportunidade de um momento para se alimentar. Havia, também, fatores como orientação sexual e gravidez precoce, que reflete essa desmotivação no conteúdo pedagógico apresentado pelos(as) professores(as).

O período da adolescência deve ser entendido como uma construção dentro de uma história e tempos específicos, em que o ser humano está absorvendo as ideias, portanto os educadores devem facilitar a aprendizagem do aluno, valorizando seu conhecimento e opiniões (SOUZA; RODRIGUES, 2014, p. 10).

Entre esses(as) alunos(as), alguns, são pressionados pela família, e até mesmo pelo sistema educacional, por melhores desempenhos possíveis em notas altas, pelo ingresso em uma graduação e pela inserção no mercado de trabalho. Desta forma, a visão dos(as) alunos(as) em relação aos(as) professores(as) se torna distorcida e algumas vezes, muitos(as) docentes acabam não conseguindo trabalhar com conteúdo e ensino diferenciado com essa faixa etária. A relação professor(a)/aluno(a) se torna falha, mas não impossível de ser reconstruída. Sendo necessária a intervenção do(a) pedagogo(a) e a conscientização da importância do diálogo entre alunos(as) e professores(as). Sobre isso, Freire relata:

---

<sup>2</sup> O Estágio Supervisionado na Organização Escolar é uma disciplina anual ofertada no último ano do curso de graduação em Pedagogia. Os alunos da graduação, frequentam uma escola Estadual, onde participam da rotina dos(as) pedagogos e gestores(as), observando os encaminhamentos da comunidade escolar em si. Há momentos de interações entre os(as) estagiários(as) com os(as) alunos(as), professores(as), gestores(as) entre outros(as) que compõem a comunidade escolar.

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 51).

Em momentos como esse, observou-se durante a experiência de estágio que alguns alunos(as) procuravam os(as) pedagogos(as) para conversar sobre a forma com que o(a) professor(a) ensinava os conteúdos. Houve relatos de que o ensino era sempre em forma de leituras individuais e provas, sem diálogos e discussões sobre o assunto ensinado. Desta forma o(a) estudante comentava suas dificuldades para compreender ou até mesmo para se sentir motivado a participar da aula.

A partir das observações realizadas, pode-se destacar o quão nítido é a aprendizagem dos(as) alunos(as) quando tem vínculos e motivações nas aulas. Apresentam uma melhoria nas notas e diminuem a evasão escolar, sendo este um ponto muito questionado no local do estágio, já que havia grandes índices de retirada principalmente dos(as) alunos(as) no primeiro ano, o que se torna preocupante aos pedagogos e gestores.

A equipe pedagógica possuía grande interação com os(as) alunos(as) de forma ampla e geral. Sempre que necessitavam de auxílio em ambas as questões estavam dispostos, sendo prestativos em diversas questões, principalmente quando se referia à qualidade de ensino/aprendizagem dentro de sala de aula.

Com isso, é necessário a intervenção do(a) pedagogo(a), pois sua função também está associada à orientação de professores, como citado acima.

O pedagogo deve oferecer condições para que todos os envolvidos no processo educativo façam reflexões teóricas sobre a prática, a troca de experiências, a observação e análise de problemas e soluções comuns, acompanhamento, leitura, debate e pesquisas sobre a prática pedagógica desenvolvida no interior da escola (SOUZA; RODRIGUES, 2014, p. 03).

Quando observado uma necessidade de intervenção no processo educativo, o(a) pedagogo(a) precisa planejar uma ação, ou seja, um plano de ação em que focará a relação aluno(a) professor(a), considerando as metodologias utilizadas pelos mesmos. É preciso destacar que todo o trabalho, ação, conversa e observação deve ser documentado e explicitado, pois o(a) pedagogo(a) não muda a

escola sozinho. É necessário apoio e parceria junto à gestão e, também, junto aos docentes, para melhorar e significar o desenvolvimento educacional dos alunos.

Não está ensinando no sentido dialético do termo: há ensino quando há aprendizagem. Prova disto são os elevadíssimos indicadores de reprovação, as absurdas taxas de evasão escolar ou os indicadores de qualidade de ensino (estamos entre os piores do mundo) (VASCONCELOS, 1996, p. 1).

É função do(a) pedagogo(a) desenvolver projetos e ações para que todos participem no desenvolvimento dos(as) alunos(as). Ou seja, incluir a família e comunidade, observando de forma minuciosa os aspectos sociais em que os educandos estão inseridos, que poderão refletir no meio escolar.

Promover a participação das famílias no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da unidade efetivando a gestão democrática da educação, potencializando os diferentes espaços de participação (CURITIBA, 2016, p. 61).

Nas atribuições do pedagogo também entra a orientação e inclusão familiar, desta forma, “promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (PARANÁ, 2019, p. 03). Torna-se necessária uma parceria com pais e responsáveis dos alunos, pois todas as ações anteriores à escola e fora dela refletem no aprendizado dos alunos.

Muitas famílias observadas no Estágio Supervisionado na Organização Escolar realizado em um Colégio Estadual de Pinhais, no período noturno, demonstram por vezes fragilidade social e psicológica para lidar com os assuntos escolares de aprendizagem, por exemplo, por meio das reuniões com os pedagogos, as famílias destacavam por meio do diálogo, sobre as desavenças familiares e a falta de tempo, devido ao trabalho, colocando que esses fatores impediam a aproximação com a escola. Segundo Marques:

A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe e escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum (MARQUES, 2000. p.18).

A partir das atribuições citadas o(a) pedagogo(a) tem um papel fundamental, contribuindo para o desenvolvimento integral dos(as) alunos(as), construindo em sua prática um engajamento pela defesa e conquistas dos direitos, por uma educação de qualidade e oportunidades para todos. Nesse contexto, para atender as necessidades do jovem na atualidade, a escola precisa estabelecer relação com a condição do jovem, a utilidade social dos seus estudos, o sentido das aprendizagens e seus projetos de futuro.

### 3 OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE

Este capítulo trata sobre o Ensino Médio regular, que é dividido em meio período de oferta nas escolas Estaduais, sendo manhã ou noite, com duração de 3 anos. Segundo as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (2012):

Art. 14. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, atendendo, mediante diferentes formas de oferta e organização: I - o Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar; II - no Ensino Médio regular, a duração mínima é de 3 (três) anos, com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, tendo como referência uma carga horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar; III - o Ensino Médio regular diurno, quando adequado aos seus estudantes, pode se organizar em regime de tempo integral com, no mínimo, 7 (sete) horas diárias; IV - no Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores, respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes (BRASIL, 2012, p. 05).

O Ensino Médio é uma etapa importante da educação obrigatória no Brasil. Segundo Krawczyk (2014, p. 77), “No Brasil, a inclusão do Ensino Médio no âmbito da educação básica e sua progressiva obrigatoriedade demonstram o reconhecimento pela sociedade de sua importância.”

Para falar sobre os desafios da atualidade é necessário pensar sobre o âmbito social em que o Ensino Médio está inserido e sobre os sujeitos que dele fazem parte, ou seja, o ambiente escolar reflete as questões da sociedade, sendo elas econômicas e culturais:

Talvez um pouco da história do desenvolvimento do Ensino Médio possa nos ajudar a entender o que está em questão na hora de definir 78 Uma roda de conversa sobre os desafios do Ensino Médio políticas para ele. Nas últimas décadas, a valorização da educação como um processo de formação cidadã e como formação para inserção no mundo do trabalho quase sempre vem acompanhada de tensões sociais (KRAWCZYK 2014, p. 77).

Um dos desafios é a permanência e evasão escolar. Embora seja dever do Estado garantir o acesso, isso não significa que dará condições para o jovem se manter na escola. Há vários motivos para a evasão, tais como: não ter condições financeiras para se manter estudando, dificuldades em motivação para ir às aulas e a necessidade de ir para o mercado de trabalho. Ainda de acordo com Krawczyk:

Se, por muitos anos, a escola média esteve restrita às camadas privilegiadas da população, nas últimas décadas esta realidade se transformou. Ao incorporar camadas sociais antes excluídas, também se levam para dentro da escola problemas estruturais de desigualdade do Brasil. Ainda temos sérios problemas de evasão e repetência, mas não podemos negar que este nível de ensino deixou de ser um privilégio de alguns e que isso é uma importante conquista. O fato é que, seja pela demanda provocada pelo contexto econômico mais amplo (reordenação internacional) ou de cada sujeito (empregabilidade), seja pela demanda resultante das políticas de priorização do ensino fundamental, o Ensino Médio vem se expandindo e explicitando novos desafios (KRAWCZYK 2014, p. 77).

Durante a vivência do estágio, pôde-se perceber um número excessivo de faltas dos(as) alunos(as) do Ensino Médio, especialmente no período noturno. Quando indagados do porquê das faltas, a resposta foi: desmotivação e por ter que trabalhar. Com essa experiência, foi possível observar que os jovens não compreendem a educação como um direito e acabam desenvolvendo uma desmotivação durante o caminho de estudo no Ensino Médio.

As questões sobre permanência e evasão escolar estão ligadas, também, às práticas pedagógicas que, algumas vezes, ao invés de trazer e aproximar o(a) aluno(a) da escola, acaba afastando por serem rotinas tradicionais e que não incentivam os jovens da atualidade. Alguns alunos(as) falam sobre como o(a) professor(a) ensina de uma forma que não conseguem aprender ou participar, embora seja perceptível que o(a) professor(a) tenta utilizar formas de incluir o aluno durante as aulas. Portanto, é necessário garantir não somente o acesso à educação, mas também a permanência na escola.

A escola moderna é produto de outro momento histórico – nasceu associada a circunstâncias sociais, políticas, culturais e econômicas específicas – e instaurou uma forma educativa inédita, que implica uma determinada relação pedagógica e uma organização do processo de aprendizagem específica. O momento histórico não é mais esse, mas a organização e o funcionamento do Ensino Médio quase não mudaram. Os professores foram e continuam sendo socializados nessa cultura escolar e as estruturas organizacionais verticais e burocráticas da escola e do sistema

educacional geram enormes dificuldades para modificar o trabalho educativo (KRAWCZYK, 2014, p. 85).

Os(as) professores(as) precisam repensar suas práticas, para proporcionar um aprendizado significativo, tal como citado acima, pois a não frequência dos alunos, não está somente relacionada à falta dos(as) alunos(as), mas em um conjunto de aspectos, tais como: a entrada no mundo do trabalho, cansaço, questões relacionadas à saúde física e emocional, falta de autoestima, entre outras. Também é necessário evitar a evasão antes mesmo dela acontecer, não somente criar estratégias quando acontece e há um número elevado de alunos(as) evadidos.

Durante a prática de estágio os(as) alunos(as) apontaram que são desmotivados e que perderam o interesse pela escola, porque os professores utilizam metodologias que não fazem sentido para eles, como já abordado. Durante alguns diálogos com os(as) pedagogos(as), os(as) alunos(as) cobraram uma mudança dos(as) professores(as) na metodologia de ensino, devido a importância em ouvir dos(as) alunos(as) uma devolutiva. Pensar na diminuição da evasão escolar é pensar em ambientes que proporcionam um aprendizado significativo para eles.

Por outro lado, alguns professores colocam como fatores importantes e desafios do Ensino Médio a falta de disciplina dos alunos, o uso excessivo do celular e, também, a falta de interesse desses jovens:

A indisciplina costuma ser o principal problema apontado com os professores, nas relações agressivas entre os próprios jovens, na agressão verbal e física, na “irresponsabilidade” diante dos compromissos escolares e na dispersão devido ao uso de celulares ou outros aparelhos eletrônicos, mesmo na sala de aula (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.102).

Os desafios da atualidade no Ensino Médio, são um conjunto de fatores que, em alguns momentos, tentam encontrar um “culpado”. No entanto, deve-se levar em consideração todos os aspectos que contribuem para a escolarização. Dayrell e Carrano consideram que:

Queremos, para início de conversa, provocar a reflexão de que esses e outros “problemas da juventude na escola” são muito mais que uma questão de relacionamento entre jovens e seus professores e entre os estudantes e a instituição do que um problema a ser equacionado. Não se pode olhar apenas para um lado da questão em busca de um único “CULPADO”, para cada um dos problemas que possamos elencar (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 102).

Embora não tenha um “culpado” ressaltando que, embora não tenham culpados, pode se afirmar que há responsáveis, tais como, o Estado, a escola e também a família, a partir disto, é necessário ouvir e levar em consideração todos os motivos, pois a escola não é um ambiente isolado e nem constituído por uma só ideia. Nesse momento, entram as políticas públicas, tais como oferecer um auxílio financeiro para o aluno, oferecer transporte, alimentação e condições para a permanência na escola, para que possam auxiliar e garantir um desenvolvimento e soluções de problemas existentes no meio escolar, visando alunos(as), professores(as) e gestores(as). Ou seja, toda a comunidade escolar.

Ao buscar compreender essa realidade, um primeiro passo é constatar que a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o “problema” não se reduz nem apenas aos jovens nem apenas à escola e aos seus professores. É fundamental superar a nossa tendência em achar “o culpado” de um relacionamento problemático. Seria ilusório acreditar que estaríamos enfrentando complexidade com os desafios cotidianos. Não podemos esquecer que a instituição escolar e os atores que lhe dão vida, professores, alunos, gestores, funcionários, familiares, dentre outros, são parte integrante de uma sociedade e expressam de alguma forma, os problemas e desafios sociais mais amplos (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103).

Quando se trata dos(as) alunos(as) que evadem o Ensino Médio e não mantêm a permanência nas aulas e escola, a posição é que não podem ser esquecidos e nem deixados de lado. É imprescindível procurar meios para resgatar esses(as) alunos(as) evadidos. Embora isso seja um desafio à Gestão Escolar, que precisa ser orientada por meio da Rede Social de Proteção da Criança e do Adolescente e das ações a serem tomadas pela escola.

Este projeto tem como estratégia reduzir o abandono escolar através de uma metodologia, dinâmica e interativa de modo a despertar o engajamento de todos pelo combate à evasão e o incentivo a frequência escolar. Verificando as causas da evasão e a consequente os encaminhamentos necessários para combatê-la. Além do envolvimento de toda comunidade escolar, esta ação no combate à evasão escolar, também propicia acompanhamento familiar pela rede de proteção da criança e do adolescente e aproxima a família da escola, motivando para o acompanhamento do aproveitamento escolar dos educandos (PARANÁ, 2018, não p.).

O Estatuto da criança e do Adolescente (1990), através de seu Art. 4º, também prioriza:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990, não p.).

Para a efetivação desse direito é necessário ter conhecimento e auxílio dos órgãos competentes, pois é de suma importância utilizar esses meios para diminuir a evasão escolar. É necessário ser coerente e colocar em prática o direito à educação, considerando o desafio que é permanecer no Ensino Médio.

O nosso desafio e o do poder público é oferecer uma escola que comporte uma dinâmica de aprendizagem em sintonia com o mundo contemporâneo para toda a população; assim, ela se tornará realmente DEMOCRÁTICA e não simplesmente massiva. Várias pesquisas e a própria experiência dos professores mostram que os alunos, na sua maioria, chegam ao Ensino Médio sem as competências básicas que deveriam ter apreendido na sua passagem pelo nível fundamental. Sem dúvida, esse é um desafio que não diz respeito exclusivamente ao Ensino Médio, mas a todo o ensino básico (KRAWCZYK, 2014, p. 85).

### 3.1 O ENSINO MÉDIO E A PANDEMIA DA COVID'19'

Ao falar sobre os desafios da atualidade no Ensino Médio, não se pode deixar de mencionar o contexto imposto pela pandemia do Vírus Covid-19<sup>3</sup>, vivenciada em 2020, no qual as escolas estão fechadas. Este é um momento em que os alunos e professores e comunidade escolar estão utilizando-se de aulas remotas em todos os níveis de ensino.

No caso do Paraná as aulas remotas estão acontecendo na plataforma Aulas Paraná desde Março de 2020, a partir da Resolução o Seed nº1.016 de 03 de abril de 2020 - Regime especial - aulas não presenciais.

---

<sup>3</sup>A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas). Aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

A Resolução orientou o uso de aplicativos, aulas gravadas, acesso pelo Google Sala de Aula e atividades impressas nas escolas aos alunos que não têm acesso ao ensino remoto. Os sujeitos escolares nesse ano de 2020 não podem se comunicar pessoalmente, então precisam utilizar os meios tecnológicos e aparelhos eletrônicos para se comunicar.

Em meio ao caos, medo e instabilidade por algo que nunca passamos antes, o ensino em todos níveis precisou se reinventar, pensar e estabelecer novas estratégias para que a educação formal não parasse. Com isso, as dificuldades atuais também foram reinventadas. A educação presencial, e também a remota, partilham das fragilidades desse ensino.

Muitos dos(as) professores(as) colocaram as dificuldades em dar aulas online, pois não sabiam como (e nunca haviam precisado) utilizar as ferramentas necessárias para esse novo momento. Em conjunto, muitos(as) alunos(as) se apresentaram esgotados, preocupados de “perder” esse ano letivo.

Uma das primeiras adequações para a educação na pandemia, foi a alteração do calendário escolar, que norteia o tempo e dias das aulas. “O Governo Federal, em 01/04/2020, mediante a MP 934, fez ajustes no calendário escolar, desobrigando parte do artigo 24, que estabelecia os 200 dias de efetivo trabalho escolar, porém mantendo as 800 horas.” (CURY, 2020, p. 09).

Neste contexto, se depara com dificuldades extremas. Uma das dificuldades é a condição de cursar o Ensino Médio de forma remota, pois não se pode fechar os olhos para as desigualdades sociais, que afetam de forma remota da mesma forma que presencialmente, pois ainda existem diversos alunos que não tem acesso à internet

A PNAD Contínua - Tecnologias da Informação e da Comunicação de 2018, divulgada pelo IBGE, neste ano de 2020, mostra que uma em 4 pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Desse modo, 25,3% ainda não possuem esse acesso. Em zona urbana, é de 20,6% e em zona rural é de 53,5%. Metade dos que não têm acesso (41,6%) diz que a razão de não acessar é o não saber usar. Os celulares são o principal meio de acesso (97%) e 56,6% possuem computador (CURY, 2020, p. 09).

Há diversas fragilidades no ensino remoto. Uma delas é que não há como dar acesso para todos. Assim como o ensino obrigatório, é dever do Estado ofertar:

Por sua vez, o Parecer CNE/CP 05/2020 de 30/04/2020, publicado no DOU em 04/05/2020, reconhece as fragilidades e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrículas relacionadas a fatores sócio-econômicos e étnico-raciais. E o Parecer prossegue: Também como parte dessa desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. Como decorrência, o Parecer aponta dificuldade de reposição integral das aulas na forma presencial, retrocessos na aprendizagem e no processo social da educação e danos mais graves para estudantes de baixa renda, podendo gerar abandono e evasão. Com isso, há o desafio do calendário escolar e com isso considerar propostas que não aumentem a desigualdade e, ao mesmo tempo, que utilizem a oportunidade trazida pelas novas TDIC para criar formas de diminuição das diferentes formas do aprendizado (CURY, 2020, p. 10).

Não é coerente dizer que os(as) alunos(as) que apresentam dificuldades para cursar o Ensino Médio no momento de pandemia não tem interesse de estudar ou não se importam com a própria educação. Deve-se considerar a função social da escola, pois muitos jovens não tiveram o direito de escolha entre continuar estudando de forma remota e parar o curso diante do contexto imposto.

Isso indica que, junto com a assinalação das desigualdades acima apontadas, haverá perdas e danos para os estudantes, em maior ou menor grau, segundo a estratificação social e acesso às tecnologias digitais da informação e da comunicação (CURY, 2020, p. 11).

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A organização do Ensino Médio é pautada em documentos e legislações nos quais devem ser seguidos. Um desses documentos é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996), que estabelece:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.10).

Ou seja, é dever da família e do Estado garantir a educação para o jovem. O Estado ofertará a vaga e a família dará as condições necessárias para o aluno frequentar a escola, se responsabilizando pelas faltas e cumprimento da lei.

A LDB 9394/96 também estabelece alguns conceitos e objetivos que devem constar na construção do Currículo. Entre esses conceitos e objetivos, consta a vivência com o trabalho, certificados, firmar convênios para cumprimento do currículo e orientar os estudantes para área de estudo:

§ 15. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos ou disciplinas com terminalidade específica, observada a Base Nacional Comum Curricular, a fim de estimular o prosseguimento dos estudos.

§ 16. Os conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior, após normatização do Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 1996, p. 28) .

Os documentos que regem o Ensino Médio são necessários e essenciais, porque são parâmetros que servem de orientação às escolas públicas e particulares. Esses documentos auxiliaram na luta pelo direito à educação. A partir deles se constrói um currículo adequado para o Ensino, embora sejam encontradas muitas fragilidades. Segundo Arroyo (2014), há algo a se considerar:

Poderíamos partir de um dado: o Ensino Médio está sendo repensado, RESSIGNIFICADO. Onde? Na prática das escolas, nas salas de aula, na criatividade dos professores, no material didático que cada docente cria e incorpora. Há um currículo de Educação Básica reinventado na prática escolar (ARROYO, 2014, p.54).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2018) também são instrumentos essenciais para o Currículo:

A tradição das diretrizes curriculares tem sido parte das leis, dos princípios para implementar os currículos tendo os estudantes como destinatários e os professores como meros mediadores. Tanto nas diretrizes da Educação Básica como do Ensino Médio, os estudantes deixam de ser pensados como meros destinatários, e os professores, como meros mediadores ou cumpridores fiéis das diretrizes e normas. Significa um grande avanço reconhecer ambos como atores, sujeitos da ação educativa, das formas de produção dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes (Art. 5º, V e VII) (ARROYO, 2014, p. 56).

Os documentos que norteiam e organizam o currículo no Ensino Médio são importantes e necessários. A partir deles o planejamento escolar e de ensino é construído. Falar sobre planejamento do Ensino Médio é repensar as práticas e

construir um currículo abrangente para alunos(as), professores(as) e comunidade escolar. Arroyo comenta que:

Poderia ser o ponto de partida – quando as escolas, os coletivos docentes e até as Diretrizes Curriculares do CNE se propõem repensar os currículos do Ensino Médio – perguntar-nos que práticas inovadoras estão acontecendo nas escolas, nas diversas áreas do conhecimento. Se o conhecimento é um campo dinâmico, o currículo não pode ser reverenciado como um campo estático, mas como um território de disputa no que diz respeito à forma como o próprio conhecimento é disputado na sociedade. Trata-se de reconhecer o currículo, na prática, como um território de SABERES E INCERTEZAS (ARROYO, 2014, p. 54, grifo do autor).

### 3.3 O CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO, A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC

É no currículo onde consta os conhecimentos e habilidades que precisam abranger o Ensino Médio. Partindo deste ponto, a construção do currículo precisa ser coerente para os(as) alunos(as), ou seja, não pode ser um currículo engessado ou fora da realidade da comunidade escolar. É a partir do currículo que as práticas serão exercidas na escola, por isso precisa ser flexível e abrangente, considerando a diversidade dos sujeitos:

[...] é o reconhecimento de que os jovens estudantes que vão chegando ao Ensino Médio são também Outros, de outras origens sociais, raciais, étnicas, dos campos e das periferias. Como garantir seus direitos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à formação plena? Que Ensino Médio e que currículos? Cresce a consciência profissional de repensar como ser profissionais, da garantia do direito desses Outros educandos aos conhecimentos e a que conhecimentos (ARROYO, 2014, p. 55).

O currículo precisa abranger as diversidades da comunidade escolar. Portanto, primeiramente deve ser pensado e elaborado pela própria comunidade escolar, não somente pela equipe gestora. É necessária uma participação significativa de todos os envolvidos com o processo de ensino para que haja sentido e para que as práticas possam ser repensadas e evoluídas.

Com a chegada à educação média dos Outros adolescentes, jovens, adultos e de outros docentes, somos obrigados a reconhecer a heterogeneidade, a pluralidade, as diferenças feitas tão desiguais em nossa sociedade. Um reconhecimento nada fácil em uma tradição curricular que se pautou pela homogeneidade. Se a diversidade, a heterogeneidade e a pluralidade de educandos e de educadores chegam às escolas, 60 Repensar o Ensino Médio como pautar as escolas, a docência e os

currículos de modo a respeitar e incorporar essas heterogeneidades e diferenças? Como garantir seu direito à igualdade e seu direito às diferenças? Elaborar currículos, tendo como referente de sentido o reconhecimento desses jovens populares, que hoje chegam à educação média, como sujeitos de direitos, torna-se mais complexo e desafiador. De forma semelhante como vem sendo desafiador o reconhecimento dos docentes como sujeitos de direito à sua diversidade (ARROYO, 2014, p. 59).

O porquê de se falar do currículo e da mudança é que não se pode fechar os olhos e pensar que a escola é um ambiente fora e descolado do mundo da realidade do(a) aluno(a) que cursa o Ensino Médio. A sociedade reflete dentro da escola se os sujeitos estão vivendo em situação de vulnerabilidade social, o currículo e o projeto político pedagógico da escola precisam abranger essas questões, para que não tenha exclusão desse sujeito, mas sim que seja acolhido em suas necessidades e expectativas de aprendizagem.

Nos padrões tão desiguais de poder, de trabalho, de renda e de conhecimento, o destino de todos os jovens será o mesmo? Nem a diversidade de gênero, raça, etnia e espaço dos adolescentes, jovens e adultos e dos próprios docentes é a mesma de décadas recentes. Que currículos reconhecem essa diversidade? As Diretrizes Curriculares reconhecem a diversidade de jovens e propõem que a organização do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder a heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento (ARROYO, 2014, p. 59).

Com a reconstrução do currículo, um dos problemas a ser enfrentado é a desvalorização do sujeito que demonstra dificuldade no processo de ensino aprendizagem, não sendo considerado o(a) “melhor aluno(a) da escola, o(a) aluno(a) nota 10”. É notório que o Brasil infelizmente tem o histórico de fortalecer essas diferenças dentro da escola, excluindo o aluno(a) que precisa de um olhar sensível e enaltecendo muitas vezes o(a) estudante que se destaca em relação às notas. A relação com a pobreza e com a classe social infelizmente é um dos principais fatores dessa exclusão:

A relação dos alunos com a escola é condicionada pelo meio social: muitas pesquisas já têm demonstrado isso. Mas, depender para o êxito escolar, de condições que as famílias nem sempre têm como oferecer é acabar antes de começar. Pelo contrário, é um obstáculo que precisa ser vencido, é uma nova realidade que devemos encarar. E não são só as dificuldades dos jovens e suas famílias que precisam ser enfrentadas, como também as

nossas próprias dificuldades, para que a abertura da escola a setores antes excluídos não se torne um fracasso de todos nós e inviabilize a democratização do ensino (KRAWCZYK, 2014, p. 91).

A partir do currículo, pode-se pontuar as diversas reformas que o Ensino Médio já passou e atualmente tem passado, embora pareça que não tenha mudado muito nos decorrer dos anos. No entanto, é importante ressaltar o quão crucial é pensar nesse documento. O uso das tecnologias e mídias sociais de certa forma está presente na maior parte da vida dos jovens. A escola não pode simplesmente “proibir” o uso delas, mas seria coerente trazer para o meio das aulas, também a considerar e proporcionar oportunidades aos alunos que não têm acesso às tecnologias.

Pôr em prática as determinações das novas Diretrizes Curriculares significa, de fato, desenvolver um trabalho de formação humana que contemple a totalidade dos nossos jovens estudantes. Nossas realizações como docentes passam pelo conhecimento amplo sobre eles e elas. É a realização de um preceito básico da antropologia: se querem ousar empreender, é necessário conhecer. E, da mesma forma, reconhecer experiências, saberes e identidades culturais é condição para o relacionamento e o diálogo (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103).

A Educação Básica, assim como o Ensino Médio, tem começado a desvencilhar o ensino aprendizagem como mera reprodução e, com o currículo, começa considerar os seus alunos como sujeitos participantes.

A proposta do novo Ensino Médio no Brasil ocorreu a partir da reformulação da Lei nº 9.394 (1996), na qual coloca:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (BRASIL, 1996, p. 26).

Referente ao novo Ensino Médio a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que coloca:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos

educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p. 08).

Há várias críticas sobre a nova proposta, pois na construção do Currículo deve ser levada em conta a comunidade escolar, e a partir dela se construir um currículo significativo para todos. A proposta da BNCC, em alguns momentos mostra uma construção engessada e incoerente, não valorizando a opinião da comunidade escolar. Filho considera que:

Um aspecto perceptível na proposta da BNCC, prossegue Maria do Carmo, é a presença de propostas que contemplam os interesses dos empresários da educação, como produtores de softwares e materiais educativos. “A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de alguns movimentos do processo, porque perceberam que não poderiam mais fazer a defesa da escola pública”, relata (FILHO, 2017, não p.).

Com isso, torna-se incoerente e a proposta tem sofrido muitas críticas, já que esse não é o interesse da educação, embora a utilização de novas tecnologias seja essencial. Porém, indica uma tentativa de privatização da educação pública, tornando o currículo distante dos interesses reais da comunidade escolar, e deixando de lado aquilo que é importante para a construção de um ensino aprendizagem significativo.

Outra questão presente na atual proposta da BNCC, de acordo com a docente da FE, é o caráter conservador do documento. Uma leitura desatenta do texto, observa Maria do Carmo, pode dar a impressão de que ele está isento de políticas preconceituosas. “Mas um olhar atento verificará que a Base é muito tímida em relação a direitos sociais, a ações de inclusão e a questões de gênero, posição que está em consonância, por exemplo, com a postura daqueles que defendem a Escola sem Partido. É interessante que a sociedade tenha conhecimento disso, até para que compreenda como esses movimentos influenciam na formulação de políticas públicas, principalmente as vinculadas à educação”, analisa a docente (FILHO, 2017, não p.).

Se a educação deve ser inovadora e inclusiva, ela não pode trazer consigo marcas de preconceitos e exclusão, precisa ser uma educação diversificada e que inclui as diferenças, com estudos e aperfeiçoamentos. O Ensino Médio deve buscar

avançar e aprimorar, essa é uma preocupação. Por isso, uma Base Nacional Curricular não pode ser conservadora.

A BNCC tem como proposta a utilização de competências e habilidades para serem "alcançadas", sendo elas, área de linguagem e suas tecnologias, área de matemática e suas tecnologias, área da ciência da natureza e suas tecnologias, área de ciências humanas e sociais aplicadas.

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 2017, p. 467).

Para alguns profissionais, a BNCC tira a emancipação, que deveria ser o foco atualmente. Educar para emancipar, segundo Branco et al. (2018, p. 48), “O cenário que se apresenta conduz a formação do cidadão por caminhos contrários à emancipação do sujeito, de tal modo que a formação crítica e emancipatória perdeu espaço no campo educacional.”

Embora sabemos que a educação abrange toda a sociedade, uma das críticas para a reforma do Ensino Médio e a BNCC, é que setores que não compreendem a educação de uma maneira aprofundada participaram na formulação desses documentos, que algumas vezes são incoerentes:

Com a participação de diversos setores que não pertencem ao campo educacional, fica evidente que a implantação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio não têm como função precípua a resolução de problemas da Educação, a melhoria da qualidade do ensino, o bem-estar comum e as questões sociais, mas revela-se fortemente relacionada aos interesses políticos e às demandas econômicas (BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018, p.49).

Com essas reformulações, alguns temas são deixados de lado, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que abrange um grande público de jovens, adultos e idosos. Sendo ela muito importante e parte da educação.

[...] tenho participado os especialistas têm chamado a atenção para o risco desse tipo de política fazer desaparecer a educação de jovens e adultos da estrutura formal da educação. Ela continuaria concedendo certificados, mas sem uma vivência escolarizada. A EJA traz em seu bojo a discussão sobre a educação popular, que virou bandeira de combate de alguns segmentos,

como se o popular não pudesse ser contemplado no contexto da Base. A tendência, infelizmente, tem sido a de deixar tudo que é identificado como popular à margem das políticas públicas”, lamenta (FILHO, 2017, não p.).

A grande preocupação é que essa reformulação em sua prática, assim como no papel, trate o(a) aluno(a) sem o compreender como sujeito. Que a educação perca o sentido social e emancipador.

#### 4 QUEM SÃO OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO?

Os(as) alunos(as) do Ensino Médio são sujeitos sociais e possuem interesses e necessidades específicas. Para falar sobre os sujeitos que frequentam o Ensino Médio é necessário conhecer algumas características desses jovens, que geralmente estão entre 15 a 29 anos de idade, pois o Ensino Médio atende não somente adolescentes, mas sim uma grande parcela de jovens.

Os estudantes do Ensino Médio são predominantemente adolescentes e jovens. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), são considerados jovens os sujeitos com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, ainda que a noção de juventude não possa ser reduzida a um recorte etário (Brasil, 2006). Em consonância com o CONJUV, esta proposta de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio concebe a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão estritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes (BRASIL, 2013, p.12-13).

Quando se fala sobre os(as) alunos(as) do Ensino Médio, tratamos sobre adolescentes e jovens, nesse sentido é necessário pontuar que ambos são diferentes, entre as idades e também quanto às experiências:

Outra razão refere-se às especificidades dos diferentes momentos da vida juvenil. Ou seja, apesar de considerarmos a juventude como um período da vida com alguma unidade, não podemos esquecer-nos das diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos diferentes estágios desse momento da vida. Assim, um adolescente de 15 anos, na idade esperada de entrar no 110 Juventude e Ensino Médio, apresenta características e vivências que os distinguem de um jovem de 20 anos de idade. Dessa forma, é importante estarmos atentos aos aspectos comuns, mas também às peculiaridades da fase da juventude para enriquecer nossa compreensão sobre nossos estudantes (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 109-110).

Não é possível traçar um perfil único de aluno(a) que frequenta o Ensino Médio, considerando todas as mudanças sociais e, também, que não há um perfil único de adolescente ou jovem. Para Dayrell e Carrano:

Partimos da ideia de que os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, por meio das diferentes épocas e processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 109).

A escola abrange uma diversidade muito grande de aspectos, sendo ela social, cultural, econômica, ideias, pensamentos e conceitos já formados por esses jovens. Partindo disto, não se pode mencionar apenas o aluno do Ensino Médio, mas também os(as) alunos(as), as juventudes e diversidades que contemplam essa etapa.

[...] chegam à escola como jovens, sujeitos de experiências, saberes e desejos. Eles se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretam e dão sentido ao seu mundo. É nessa direção que não podemos trabalhar com a noção de que existe uma juventude, pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude. Assim, digamos: JUVENTUDES (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 104).

Os alunos(as) quando chegam ao Ensino Médio, considerando seu momento da adolescência e juventude, muitas vezes trazem consigo as suas vivências, anseios e dificuldades intra e extraescolares. A função da escola é justamente permitir o desenvolvimento integral do sujeito em todos os aspectos, isso envolve não somente as questões relacionadas à aprendizagem de conteúdo, mas também ao desenvolvimento dos aspectos sociais, culturais e emocionais dos sujeitos escolares.

Com isso, quando os(as) alunos(as) apresentam alguma fragilidade e dificuldade, como por exemplo a desmotivação, é taxado na escola como sendo um problema. Porém, essa ideia e visão precisa ser combatida, já que é perigosa e tornada como justificativa para o fracasso escolar.

Enxergar o jovem pela ótica dos problemas é reduzir a complexidade desse momento da vida. É preciso cuidar para não transformar a juventude em idade problemática, confundindo-a com as dificuldades que possam afligi-la (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.107).

Durante o Estágio Supervisionado na Organização Escolar, em um Colégio Estadual do município de Pinhais, como já citado em capítulos anteriores, foi possível ter um contato próximo com os(as) alunos(as) que frequentavam e cursavam o Ensino Médio no período noturno. Foi possível verificar na atividade que esses(as) estudantes procuravam os(as) pedagogos(as) para conversar sobre diversos assuntos que os afligiam dentro e fora da escola. Algumas vezes as

conversas eram sobre as desavenças familiares, sexualidade, trabalho, entre outras questões.

Segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 112, grifos do autor), “É nesse sentido que enfatizamos a noção de JUVENTUDES, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente.” Há uma necessidade de enfatizar a diversidade dos jovens, porque as suas vivências e conceitos farão parte da escola e irão refletir e interferir diretamente no seu processo de ensino aprendizagem.

As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as DIFERENÇAS TERRITORIAS se articulam para a constituição dos DIFERENTES MODOS DE VIVENCIAR A JUVENTUDE (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 112, grifos do autor).

Segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 112, grifos do autor), há “DIFERENTES MODOS DE VIVENCIAR A JUVENTUDE”. Partindo dessa ideia, se pode falar sobre os(as) alunos(as) do Ensino Médio, das características que os tornam iguais e ao mesmo tempo diferentes e as que os tornam únicos. As características que tornam os jovens iguais é o direito a uma educação de qualidade, ou seja, o(a) jovem é um sujeito de direitos.

#### 4.1 O(A) ALUNO(A) DO ENSINO MÉDIO COMO SUJEITO DE DIREITOS

Diante das dificuldades enfrentadas no Ensino Médio, é essencial reafirmar que o(a) aluno(a) é um sujeito de direitos. Para Corti, que aborda esta questão:

Ser aluno é um papel social construído num contexto específico: a escola. Não nascemos alunos, NOS TORNAMOS ALUNOS. E assim como ninguém se torna um membro da sociedade sozinho, o mesmo acontece com o processo de tornar-se aluno. É um aprendizado realizado por meio de contínuas interações com os outros (CORTI, 2014, p. 319, grifos do autor).

Embora tenham ocorridos alguns avanços nos últimos anos, tal como o olhar e a ampliação da função social da escola para com esses(as) alunos(as), é necessário conquistar e lutar ainda mais para garantir políticas públicas que garantam um desenvolvimento integral, a permanência e a qualidade do ensino aprendizagem.

Apesar dos avanços sociais ocorridos no Brasil na última década, ainda assistimos a uma realidade em que as políticas públicas ainda não lograram superar as desigualdades sociais que ainda persistem e que afetam diretamente as trajetórias de vida de milhões de jovens. É parte dessa juventude que chega, a cada ano ou semestre, ao ensino médio, trazendo para o seu interior os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente que interfere em suas trajetórias escolares e impõem novos desafios à escola (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 114).

O(a) aluno(a) tem o direito à educação de qualidade, sendo este direito irrevogável, segundo o Art. 3º das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (2012, p. 01) “O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos.”

Diante dos direitos acima explicitados, a escola e o Ensino Médio precisam se reinventar, pois da mesma forma que a humanidade está evoluindo, a escola faz parte da sociedade e também deve evoluir. Sendo assim, há mudanças de interesses. Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação:

Nos dias atuais, a inquietação das “juventudes” que buscam a escola e o trabalho resulta mais evidente do que no passado. O aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante. Vários movimentos sinalizam no sentido de que a escola precisa ser repensada para responder aos desafios colocados pelos jovens. Para responder a esses desafios, é preciso, além da reorganização curricular e da formulação de diretrizes filosóficas e sociológicas para essa etapa de ensino, reconhecer as reais condições dos recursos humanos, materiais e financeiros das redes escolares públicas em nosso país, que ainda não atendem na sua totalidade às condições ideais (BRASIL, 2012, p.02).

A partir do reconhecimento desse direito, dentro da escola, o(a) aluno(a) tem o direito a voz, direito de participar das escolhas, de participar das decisões e de opinar sobre aquilo que a instituição impõe como “bom” para eles. Discutir a educação na modalidade do Ensino Médio, sem ouvi-los, é tirar de si o direito de opinar, desvalorizando cada vez mais os(as) jovens alunos(as).

Naturalizamos o que é ser aluno, assim como medimos as possíveis consequências das reformas educacionais: simplesmente ignorando a construção real dos alunos que estão dentro de nossas escolas, sua capacidade de interação e apropriação com as medidas formais e informais do mundo adulto. Acreditamos que podemos discutir educação e até mesmo propor soluções, desconsiderando completamente o ofício de aluno real que se constrói e desconstrói de forma tensa ao longo do dia a dia das instituições educacionais (CORTI, 2014, p. 310).

O(a) aluno(a) deve ser considerado o centro da aprendizagem, sendo ele(a) um sujeito ativo que deve exercer o direito de ter voz dentro da escola. Isso permite que interaja com a sua aprendizagem, avaliando e se reinventando segundo as suas experiências:

A escola, face às exigências da Educação Básica, precisa ser reinventada, ou seja, priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida. A escola tem, diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento (BRASIL, 2011, p. 09).

Quando se fala do(a) aluno(a) do Ensino Médio como um sujeito de direitos, a escola e a comunidade escolar tornam-se responsáveis em colocar em prática esses direitos. O(a) estudante muitas vezes é bombardeado pela sociedade que os colocam como problema. Nesse momento, a escola precisa se reinventar e elaborar a valorização desse sujeito, demonstrando para ele(a) que a sua voz tem valor, que cursar o Ensino Médio é importante para a sua vida e vai além de ter apenas um diploma. O Ensino Médio poderá contribuir para o seu desenvolvimento integral, a partir da socialização e embasamentos para estar na sociedade e lutar pelos seus direitos.

É importante falar sobre as dificuldades desses(as) alunos(as), pois algumas vezes o Ensino Médio pode ser um lugar opressor. Sendo assim, é necessário olhar sensivelmente para esse(a) aluno(a), conhecê-lo e reconhecer as suas dificuldades. Para Corti:

Mas o ofício de aluno é *sui generis* porque:

- » Não recebe remuneração em dinheiro.
- » Sua escolha é menos livre do que qualquer outro ofício.
- » Desenvolve-se sobre forte controle externo, numa situação de dependência.
- » Está sujeito a uma avaliação externa constante a respeito da inteligência, nível cultural, caráter etc. Tais características, separadamente, podem ser encontradas em outras ocupações, mas no ofício de aluno estão conjugadas. Elas são consequência da relação de poder entre as gerações na nossa sociedade e, também, dos imperativos de uma escolarização de massas nas sociedades modernas (CORTI, 2014, p. 320, grifos do autor).

Partindo dessa ideia, a escola, especialmente no papel do(a) pedagogo(a) escolar, tem como função social buscar a valorização dos seus/suas alunos(as),

permitindo que as aprendizagens e significações sejam compreendidas como válidas e que o direito à educação não seja apenas sobre tirar notas e passar de ano.

Conquistam gradualmente maiores doses de autonomia, ampliam seu raio de vivência social, são cada vez mais conscientes do caráter relativo dos valores com os quais foram socializados e passam a questioná-los, expressando diversos conflitos com o mundo adulto. A construção de uma visão de mundo própria, de uma singularidade como indivíduo, possui muitas facetas: a rede de amizades, as preferências musicais, os gostos e estilos, o jeito de falar, a forma de se vestir, as práticas de lazer, e tantas outras. O PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO, produz nessa cidade a diferenciação, a multiplicidade, e também a fragmentação (CORTI, 2014, p. 312, grifos do autor).

Diante dos direitos citados e embasados em documentos, a escola ao fechar os olhos para a realidade Brasileira (que assola jovens alunos(as) do Ensino Médio e sujeitos de direito), tornam-se tão negligentes tal como a sociedade diante da desvalorização da juventude. É responsabilidade e objetivo da escola tratar e possibilitar uma educação de qualidade e respeito para todos.

Os jovens que estão inseridos na sociedade, muitas vezes são taxados como “aborrecentes” e a juventude passa a ser vista como “a pior fase”. Infelizmente, essa visão é acompanhada até as instituições de ensino e precisa ser combatida e superada no âmbito social e escolar. A juventude é cobrada a decidir a carreira que irá seguir, a ter um bom emprego, a ter um ensino superior. No entanto, a sociedade não permite subsídios para essas “conquistas” que cobram dos jovens.

[...] Por um lado, as características e valores ligados à juventude (como a energia e a estética corporal ou mesmo a busca do novo) são elogiados e até mesmo perseguidos pelo mundo adulto. Todos querem ser e parecer ser jovens num processo que já foi chamado de “juvenilização” da sociedade.<sup>5</sup> Contudo, apesar desse elogio da imagem da juventude, os jovens, em especial os dos setores populares, não são beneficiados por políticas públicas suficientes que lhes garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 105).

Nessa pesquisa apontamos que os jovens que chegam à escola e tornam-se alunos do Ensino Médio trazem consigo essa banalização cultural sobre si mesmos. Sendo assim, a escola não deve reproduzir essa banalização e desvalorização, desconstruindo a imagem negativa que seus alunos têm de apenas muito a aprender e pouco a ensinar. Como afirma Dayrell e Carrano (2014, p. 106, grifos do

autor), “[...] o jovem não é levado a sério. É UMA TENDÊNCIA DA ESCOLA NÃO CONSIDERAR O JOVEM COMO INTERLOCUTOR [...].”

Quando o(a) aluno(a) não é valorizado e sua voz não é escutada na escola e fora dela, as dificuldades aumentam, tornando o ambiente escolar excludente, assim como a sociedade, na qual os jovens precisam “provar” o seu valor. Um dos desafios quando os(as) alunos(as) são ignorados, é a falta de interesse com o ambiente escolar. Dayrell e Carrano abordam este aspecto:

Nas aproximações que fazemos dos jovens estudantes por meio de pesquisas e mesmo em conversas informais, também ouvimos constantes reclamações em relação à escola e aos seus professores. PARA GRANDE PARTE DOS JOVENS, A INSTITUIÇÃO PARECE SE MOSTRAR DISTANTE DOS SEUS INTERESSES. O cotidiano escolar é relatado como sendo enfadonho. Jovens parecem dizer que os professores pouco acrescentariam à sua formação. A escola é percebida como “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 102, grifos do autor).

Se a escola para alguns jovens têm perdido o sentido e o ambiente social não tem possibilitado trocas de experiências e o desenvolvimento, é necessário parar e rever as práticas docentes e pedagógicas, rever os conceitos, ouvir os alunos e adaptar o ensino. É primordial buscar ações para intervir nessa realidade, e uma delas é o diálogo. Como Dayrell e Carrano (2014, p. 103, grifos do autor) relatam, “É a realização de um preceito básico da antropologia: SE QUEREMOS COMPREENDER, É NECESSÁRIO CONHECER.”

Durante o estágio na disciplina do Estágio Supervisionado na Organização Escolar alguns dos(as) alunos(as) demonstraram o cansaço de trabalhar o dia todo e ir para a escola durante a noite. Muitos deles comentaram que esperavam ansiosamente para o intervalo. Seria a hora em que poderiam se alimentar, pois vinham apressados direto do trabalho para não chegarem atrasados na escola. Afirmaram que se chegassem atrasados na primeira aula não poderiam entrar, somente na segunda aula. A maioria desses jovens apontavam que precisavam trabalhar para se manter ou ajudar em casa com as despesas. Explicaram que as despesas da casa na maioria das vezes dependia do(a) aluno(a).

Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. [...] a juventude

brasileira não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela de jovens a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 102).

A escola deve conhecer seus/suas alunos(as), seus anseios, necessidades e expectativas. Deve valorizar a sua aprendizagem, seus conhecimentos prévios, ouvir suas ideias, demonstrando que a escola tem cuidado e importância com seus alunos. “E, da mesma forma, reconhecer experiências, saberes e identidades culturais é condição para o relacionamento e o diálogo.” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103).

O ponto de partida para conhecer os alunos é o diálogo e também a observação de onde esse jovem vem, considerando a realidade dos estudantes que moram em periferias e locais de vulnerabilidade social. O território traz uma vivência e experiência diferente para cada jovem.

Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade (ABRAMOVAY, 2002, p. 30).

Um dos momentos marcantes do estágio, foi perceber o uso de drogas de alguns alunos(as) dentro da escola. Foi vivenciada a situação em que os(as) pedagogos(as) foram avisados por outros(as) alunos(as) que estava ocorrendo o uso dentro do espaço da instituição. Naquele momento um(a) dos(as) pedagogos(as) foi até o local e não conseguiu identificar quais eram os(as) estudantes que estavam utilizando os entorpecentes. Como protocolo, foi preciso avisar a polícia, que diariamente ficava no portão do colégio.

Partindo desse relato, Dayrell e Carrano (2014, p. 107), colocam que “O tráfico e o consumo de drogas contribuem fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios, quer sejam como agressores ou como vítimas da violência.”

Diante do ocorrido verificou-se que os(as) pedagogos(as) demonstraram uma preocupação muito grande e pensavam como poderiam contornar a situação, pois não poderiam fechar os olhos para o ocorrido e, também, não poderiam obviamente retirar o(a) aluno(a) da escola. Havia, da mesma forma, a preocupação

de identificar quem era o(a) aluno(a), que poderia ser menor ou maior de idade. Se menor de idade, chamariam a família para conversar.

Como já citado, o jovem da sociedade é o(a) aluno(a) da escola. Se inserido no tráfico, transforma-se em um grande desafio para a escola, que tem interferência total no rendimento, participação e aprendizagem do aluno na escola. A esse respeito, é importante ressaltar que este jovem não pode ser deixado de lado, desconsiderado e ser visto pela escola como um problema ou ser taxado como culpado:

[...] a juventude vista como problema. Os índices alarmantes de violência, principalmente os homicídios, o tráfico de drogas, o consumo de álcool e de outras drogas, a ameaça da AIDS e a gravidez na adolescência são fenômenos que contribuem para cristalizar a imagem de que a juventude é um tempo de vida problemático. Não que esses aspectos da realidade não sejam importantes e que não estejam demandando ações urgentes para serem equacionados (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 106).

A juventude brasileira está sendo cada vez mais massacrada, sendo que deveria ser cada vez mais valorizada. Dados e notícias demonstram o quanto os jovens precisam ser ouvidos e valorizados, especialmente pelos(as) pedagogos(as) e professores(as). Segundo a Redação RBA (2019), o Atlas da Violência do ano de 2019, evidencia que pela primeira vez, o Brasil chega a uma taxa de 31,6 mortes violentas por 100 mil habitantes, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Jovens negros e periféricos são as principais vítimas. Os dados são alarmantes e mostram que dentre os jovens em idade escolar, muitos são alunos de escolas públicas e não podem ser esquecidos e nem deixados de lado.

Essa não precisa ser a realidade da escola, se o ambiente escolar for mediado por gestores(as), pedagogos(as) e professores(as) que considerem esses(as) alunos(as) como sujeitos de direitos a uma escola justa e de qualidade. A equipe pedagógica deve ter como prioridade não deixar esses(as) estudantes de lado ou distantes do processo, abrindo oportunidades para que esses jovens em situação de risco e vulnerabilidade social não desistam e não entrem cada vez mais nos números de sujeitos mortos de forma violenta e injustamente.

O tráfico e o consumo de drogas contribuem fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios, quer sejam como agressores ou como vítimas da violência. Os traficantes encontram nos

jovens das áreas populares urbanas mão de obra barata e disponível para seus empreendimentos, que se situam no contexto de uma rede de ações criminosas que envolvem também o roubo, os jogos de azar, a exploração sexual, a extorsão e o comércio ilegal de armas (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 107).

Ainda segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 108), “É preciso cuidar para que o sujeito jovem não se transforme num problema para a sociedade.”. Deve-se compreendê-lo como um sujeito de direitos, que precisa de políticas públicas para que essa realidade seja mudada.

Isso pode fazer dele uma nova classe perigosa a ser combatida. Tal postura inibe a compreensão e o investimento em ações baseadas na perspectiva dos direitos. Com esse novo olhar – o jovem como SUJEITO DE DIREITOS –, os problemas que o atingem podem ser vistos como expressão de necessidades e demandas não atendidas. Isso pode resultar no reconhecimento de um campo de direitos que desencadeie novas formas e conteúdos de políticas públicas e, principalmente, práticas que reconheçam a juventude nas suas potencialidades e possibilidades e não apenas a partir de seus problemas (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 108, grifos do autor).

A escola precisa encontrar uma estratégia, para que a visão e a construção da identidade dos jovens não sejam voltadas para aspectos negativos, o que é desafiador, ao se perceber uma construção da imagem do jovem como vilão, embora todas as linhas e realidades levem a ser percebidos como vítimas.

Esse é o caminho que leva à construção de uma educação pelo “caminho da falta”. Ou seja, enfatizar os aspectos negativos e peças idealizadas que faltariam para compor o nosso tipo ideal de jovem. Não é incomum encontrarmos uma situação em que pessoas adultas projetam nas novas gerações as lembranças, idealizações e valores de suas próprias juventudes ou de outra época idealizada (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 108).

Quando a escola se depara com a diversidade dentro do seu ambiente compreende que é necessário rever as práticas, levando em consideração que os alunos são sujeitos de direitos, embasados na LDB (9394/1996) e no ECA (1990).

As diversidades estão muito além das características individuais de cada jovem aluno(a) que está no Ensino Médio. Segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 112), “Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica.”

A educação para os(as) alunos(as) precisa ser uma tentativa e busca de transformação, como função social do ambiente escolar, do(a) pedagogo(a) e de todos os seus colaboradores. Em primeiro ponto esses(as) jovens alunos(as) irão ressignificar a educação e seus aprendizados:

[...] deixar claro até então, caro professor, cara professora, ser jovem não é tanto um destino, mas a escolha de transformar e dirigir uma existência. E nesta perspectiva os jovens podem ser considerados como a ponta de um iceberg que, se compreendida, possivelmente explicará as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro. A “juventude nunca acaba” e isso porque nela se está jogando e afirmando os traços profundos da personalidade que nos acompanharão por toda uma vida. (MELUCCI, 2001, 2004). Daí a importância da discussão sobre as identidades (CARRANO et al., 2013, p. 17).

Com a realidade social brasileira e suas inúmeras divergências, não é possível falar que o aluno do Ensino Médio é apenas um(a) aluno(a) que frequenta a escola, mas sim que é um sujeito de aprendizagens anteriores da escola. Que o seu meio reflete em seus conceitos, em suas ideias e que a sua vivência social, familiar e cultural reflete inteiramente na escola.

Nesse sentido, se desejamos contribuir para a formação humana das parcelas das juventudes que se encontram no ensino médio, faz-se necessário levar em conta a realidade onde esse grupo está inserido. Como vimos reiterando, uma das formas é buscar conhecer a parcela juarez dayrell e paulo carrano 115 dos jovens que frequentam nossas escolas, buscando os dados específicos que podem ampliar o nosso conhecimento e a compreensão da realidade. É por meio dessa compreensão que poderemos reorientar nossas imagens, visões e formas de lidar com os jovens estudantes com os quais convivemos (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 114-115).

## **5 CAMINHO METODOLÓGICO E OS RESULTADOS DA PESQUISA: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES INTRA E EXTRAESCOLARES**

O caminho da pesquisa, é como se deu o processo e as metodologias utilizadas para se chegar ao resultado da pesquisa. Durante o processo, notou-se a necessidade e importância da interação entre pesquisador, processo de pesquisa e objeto (sujeitos), para obter um estudo mais claro e amplo, levando em consideração as experiências do pesquisador e o seu olhar perante a pesquisa. Segundo Moraes e Torres, (2006, p.147), “A Ciência, hoje, nos ensina que observador, processo de observação e objeto observado implicam uma totalidade”. Ou seja, a pesquisa não é neutra, mas sim uma totalidade de processos, compreensão e resultados.

O primeiro momento do estudo teve como objetivo responder à questão inicial, para embasar e ter um foco, pois:

A melhor forma de começar um trabalho de pesquisa, segundo Quivy & Campenhoudt (1995) consiste em formular um projeto a partir de uma questão inicial: (...) através desta questão, o pesquisador tentará expressar o mais precisamente possível o que ele busca conhecer, elucidar, compreender melhor. A questão inicial servirá de fio condutor da pesquisa. Para preencher corretamente essa função, a questão inicial deve apresentar qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência: X Qualidades de clareza: - Ser precisa - Ser concisa e unívoca X Qualidades de exequibilidade: - Ser realista X Qualidades de pertinência - Ser uma questão verdadeira - Abordar o que já existe sobre o tema e fundamentar as transformações do novo estudo sobre o tema - Ter a intenção de compreensão dos fenômenos estudados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.48).

A questão inicial que trata sobre qual a função social da escola no Ensino Médio foi pensada a partir do reconhecimento da importância do papel do pedagogo nas instituições escolares. Na pesquisa levou-se em consideração as diversidades, necessidades e expectativas dos alunos no Ensino Médio.

Portanto, a pesquisa teve como intenção pesquisar pontos relevantes, tais como: Qual tem sido o papel do pedagogo(a) na organização do Ensino Médio e as expectativas dos alunos(as) que ingressam na escola, especialmente no período noturno?

No segundo momento da pesquisa, buscou-se elencar documentos e textos para o desenvolvimento da fundamentação teórica. A pesquisa, ora apresentada,

utilizou-se de experiências da pesquisadora ao longo de sua formação acadêmica, principalmente das experiências vivenciadas durante o período do Estágio Supervisionado na Organização Escolar realizado no 5º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desta forma, foram citadas no texto algumas das vivências relacionadas ao tema, que possibilitaram uma interação entre a pesquisa, o pesquisador e os sujeitos.

Constituem critérios de escolha, segundo Quivy & Campenhoudt (1995, p. 44): partir da questão inicial; evitar um grande número de textos; escolher textos de síntese num primeiro momento para, em seguida, procurar textos que não apresentem somente dados, mas que tenham análise e interpretações; escolher textos que apresentem abordagens e enfoques diferentes sobre o tema; escolher os locais de busca de informações e de textos sobre o tema (bibliotecas, Internet...) (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 49).

Para tal pesquisa, foram utilizados livros e artigos para fundamentação, partindo das indagações citadas acima. Ou seja, sobre qual tem sido o papel do pedagogo(a) na organização do Ensino Médio e as expectativas dos alunos(as) que ingressam na escola. Além de qual função social da escola e o papel do(a) pedagogo(a) perante as diversidades existentes na instituição.

Para se fazer uma pesquisa científica, não basta o desejo do pesquisador em realizá-la; é fundamental ter o conhecimento do assunto a ser pesquisado, além de recursos humanos, materiais e financeiros. É irreal a visão romântica de que o pesquisador é aquele que inventa e promove descobertas por ser genial. Claro que se há de considerar as qualidades pessoais do pesquisador, pois ele não se atreveria a iniciar uma pesquisa se seus dados teóricos estivessem escritos numa língua que ele desconhece (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.12).

A partir dos estudos já realizados e sobre os documentos do tema, esta monografia tem como uma das suas metodologias o método bibliográfico, no qual utilizam-se recursos bibliográficos para construir o estudo:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32). Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre

investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.37).

Na fundamentação teórica e desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado também a metodologia documental, na qual foram analisados os seguintes documentos: A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia. A pesquisa documental se assemelha à metodologia bibliográfica, porém amplia os materiais de pesquisa:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Durante a escrita dos capítulos, observou-se a necessidade de utilizar mais de uma metodologia, alternando a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental.

Considerando o momento de pandemia causada pelo Vírus Covid-19 em 2020, a metodologia documental foi a chave para o desenvolvimento, pois o acesso às informações de jornais, relatos e documentos online, foram cruciais para esse estudo.

Na pesquisa bibliográfica foram encontradas reflexões sobre o tema “os desafios do Ensino Médio”. Utilizaram-se publicações e informações sobre a pandemia, o que permitiu uma interação exploratória com a realidade atual.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.50), “A coleta de informações exploratórias pode ser realizada através de entrevistas, de observações ou de busca de informações/dados em bancos de dados secundários, documentos, etc.”

Lembrando, também, a importância da pesquisa eletrônica, durante o processo de escrita desta pesquisa:

Pesquisa eletrônica – É constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em home page e site, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc. Apesar de sua importante contribuição para a investigação científica, nem toda informação disponibilizada em meios eletrônicos deve ser considerada como sendo de caráter científico. Há de se observar a procedência do site ou da home page (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.69).

As metodologias utilizadas, foram necessárias para realizar uma pesquisa coerente, deixando-a acessível para uma ampla compreensão

## 5.1 RESULTADOS DA PESQUISA: ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES INTRA E EXTRAESCOLARES

Segundo as DCNs (2006), a formação de licenciatura em pedagogia, habilita a atuação na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Cursos da área docente, tais como a Formação de Docentes.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 01).

E para o pedagogo que atua na escola, tem como dever e responsabilidade seguir as orientações, segundo as DCNs (2006):

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:  
I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2006, p. 01).

O(a) pedagogo(a) também pode atuar na gestão escolar em ações como: organizar, orientar e proporcionar o que a escola e os documentos instituem. Cabe ao pedagogo(a) organizar junto com o gestor escolar os documentos da instituição, como Projeto Político Pedagógico (PPP), Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e Plano de Trabalho Docente (PTD). Assim como, atua na organização e realização de forma coletiva das instâncias colegiadas, como o Conselho de Classe, participa

do Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e Grêmio Estudantil.

Segundo as DCNs (BRASIL, 2006, p.02), "Parágrafo único. As atividades de pedagogos e docentes também compreendem a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino." Além disso:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p. 02).

Na Educação Infantil, o(a) pedagogo(a) poderá atuar como professor(a) ou coordenador(a) pedagógico(a), tendo a habilidade para atuar em ambas as funções.

Na atuação do Ensino Fundamental, o(a) pedagogo(a) (assim como na Educação infantil) poderá exercer a função de professor na primeira etapa e coordenador(a) pedagógico(a), lembrando também que poderá trabalhar na gestão escolar.

As áreas de atuação do(a) pedagogo(a) são amplas, não estão relacionadas somente à área do meio escolar. Considera-se, "IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;" (BRASIL, 2006, p. 02).

O processo de ensino-aprendizagem se dá em diferentes espaços nos quais a atuação do educador se faz indispensável. Todavia, a formação humana, em qualquer espaço, escolar ou não escolar, necessita de um profissional que esteja preparado para lidar com a prática pedagógica sistematizada ou não (NASCIMENTO et al., 2012, p. 62).

Nessa pesquisa é interessante mencionar que o(a) pedagogo(a) social atua com crianças e adolescentes em situação de risco, ou seja, crianças que não poderão frequentar a escola porque estão em medidas de proteção, crianças de rua, entre outros quesitos sociais.

É o que acontece com a pedagoga Joana, da ONG X. Como trabalha com crianças e adolescentes em risco social, muitas vezes ela se vê prejudicada em seu trabalho no que diz respeito à intervenção na realidade daqueles sujeitos. Porém ela estuda o caso, recorrendo a aportes teóricos de sua

formação para solucionar um determinado problema. Isso acontece, por exemplo, quando se depara com uma situação de abuso sexual ou de drogas entre as pessoas atendidas na ONG (NASCIMENTO et al., 2012, p. 63).

No Ensino Médio, o(a) pedagogo(a) poderá atuar como professor(a), gestor(a) e coordenação pedagógica. Durante a experiência no estágio, pôde-se ver a realidade e a atuação do(a) pedagogo(a) e também participar de alguns momentos, como o atendimento aos alunos(as), orientação para professores(as) e resolução de dificuldades, tais como desavenças e discussões entre alunos(as) e entre alunos(as) e professores(as).

Ao participar desses momentos proporcionados na atividade, notou-se a importância e necessidade do(a) pedagogo(a) ter um estudo e um planejamento de suas ações. Isso porque, em relação aos professores(as), era necessário corrigir os planejamentos, observar as metodologias, perceber se havia algo incoerente. Era necessário, também, o Registro de Classe Online (RCO)<sup>4</sup>, que causava uma grande dificuldade para os professores e, na maioria das vezes, tornava importante a presença de um dos(as) pedagogos(as), para chamar e orientar a grande parte dos(as) professores(as).

O(a) pedagogo(a) que atua no Ensino Médio tem como função, além de orientar os(as) professores(as), proporcionar estudos e formação continuada, permitindo que esse momento seja realizado na hora-atividade. Dessa maneira, oportuniza ao professor(a) cada vez mais formas de se atualizar e atuar de maneira significativa.

É papel do(a) professor(a) e do(a) pedagogo(a) observar as faltas dos alunos. Através do RCO, os profissionais podiam observar alunos com 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas sem nenhuma justificativa no período de 60 dias. Isto faz parte do Programa de Combate ao Abandono Escolar (2013):

Com base nas diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, que contemplam a articulação, integração e conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a Coordenação de Gestão Escolar, com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, e da Associação dos Conselhos tutelares, atendendo ao disposto no Termo de Convênio de Cooperação Técnica celebrado em 21/11/2012, apresenta o Caderno de Orientações do Programa de Combate ao Abandono Escolar no Paraná. As ações previstas

---

<sup>4</sup> O Registro de Classe Online é um software que permite ao professor registrar conteúdos, avaliações e frequência dos alunos, dispensando o Livro de Registro de Classe impresso.

neste documento visam contemplar roteiro técnico de atuação e modelo de notificação obrigatória de aluno ausente, visando assegurar a permanência e o sucesso da aprendizagem dos (as) estudantes matriculados(as) nas escolas públicas do Paraná (PARANÁ, 2013, p.03).

Desta forma, segundo o documento Programa de Combate ao Abandono Escolar (2013), cabe ao professor(a), avisar o(a) pedagogo(a) que fará uma ficha de acompanhamento e entrará em contato com a família para saber o motivo das faltas.

Os contatos que a equipe pedagógica realizar com os pais ou responsáveis, na tentativa de convocá-los para uma reunião sobre a verificação das causas de abandono escolar, fazem parte da BUSCA ATIVA. Este contato tem o objetivo de convocá-los para reunião extraordinária, com data e horário agendados. A Equipe Pedagógica fará o contato via: telefone fixo ou móvel, email, SMS, e/ou; Convocação por escrito, a qual pode ser enviada: Carta registrada via Correios e/ou; havendo condições amigáveis ou de vizinhança, a entrega da convocação por escrito poderá ser feita por um dos membros da comunidade escolar aos pais ou responsáveis pelo(a) estudante; visita domiciliar que será organizada pelo Diretor da instituição de ensino, determinando os responsáveis pela execução da ação, lembrando que todas as ações efetuadas na escola devem ser registradas para respaldo futuro (PARANÁ, 2013, p.09, grifos do autor).

Caso não tenha retorno, o(a) pedagogo(a) avisará a gestão para acionar o Conselho Tutelar e, por fim, o Ministério Público para que os responsáveis sejam acionados para responder legalmente.

Durante o estágio, foi possível vivenciar essa realidade dos(as) pedagogos(as) com a busca ativa pelo excesso de faltas. Havia noites que a maior parte do tempo era dedicado somente para as buscas. A partir dessa necessidade, é necessário fazer um projeto de ação para pensar em medidas com o objetivo da diminuição dos números. Com isso, na ocasião de estágio, os(as) pedagogos(as) solicitaram para que os estagiários fizessem um plano de ação.

A partir da observação do RCO, evasão e o número excessivo de faltas, foi observado na atividade de da disciplina do curso de Pedagogia que há uma preocupação por parte dos pedagogos(as) e professores(as), orientando o trabalho da construção do plano de ação.

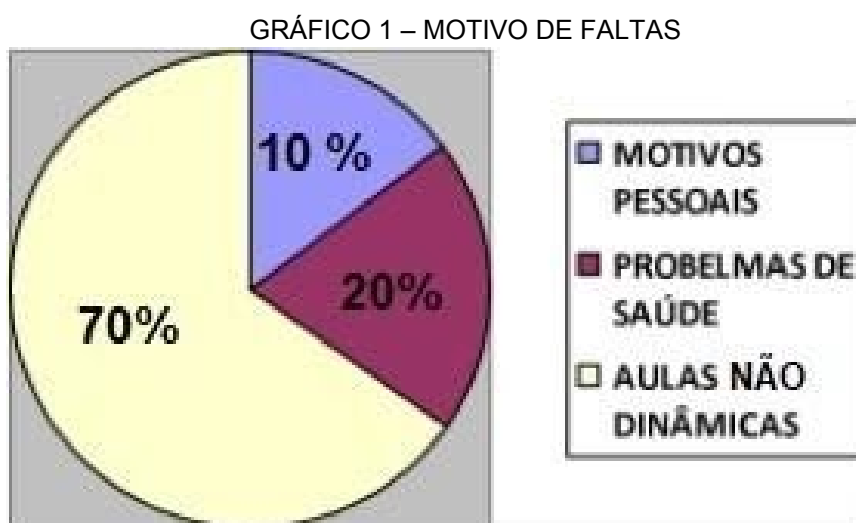
A partir das experiências do estágio e conversas informais com os(as) pedagogos(as) responsáveis, é corriqueiro o pedido de liberação dos(as) alunos(as) quando há falta de professores(as), juntamente com o atraso na entrada, sendo comum a maior parte dos(as) alunos(as) entrarem apenas na segunda aula. Outra questão recorrente relatada foi as faltas excessivas, muitas vezes de turmas

completas em véspera de feriados, prolongados ou não, levando professores(as) a se recusarem dar aula para um(a) aluno(a) ou dois.

Em relação às medidas preventivas realizadas pelos(as) pedagogos(as), são feitas corriqueiramente ligações às famílias dos(as) estudantes e reuniões presenciais com a equipe pedagógica. No entanto, muitas vezes esses encontros não são satisfatórios. Os relatos são de pais que comentam aos pedagogos(as) a decisão de que o(a) filho(a) não quer mais estudar e que concorda com fato. Isso, mesmo sendo orientados de que o jovem pode perder o estágio remunerado caso se ausente dos estudos, além disso, de que podem responder legalmente para o Ministério Público e outras orientações.

Partindo dessa realidade, foram formulados dois questionários, um para os(as) alunos(as) e outro para os professores(as) da escola onde foi realizado o estágio. O objetivo foi observar quais os motivos das ausências dos(as) alunos(as) do 1º ano do Ensino Médio noturno, e se professores(as) e alunos(as) sentiam-se responsabilizados pela atual realidade do excesso de faltas.

Por isso, o levantamento de dados foi realizado através de um questionário com perguntas e respostas aplicadas com 20 alunos(as) e 5 professores(as) que entraram na sala de aula na sexta-feira. Após a coleta de dados, identificaram-se os principais motivos (GRÁFICO 1):



FONTE: A autora (2020)

Ao observar os dados do gráfico, constata-se que mais da metade dos(as) estudantes sentem a necessidade de aulas mais dinâmicas, com metodologias diferentes. O relato do(a) estudante evidencia:

As aulas são sempre a mesma coisa, com atividades do livro. Acabam sendo maçantes e cansativas. Poderíamos ter aulas de arte então na sexta-feira, para descansar um pouco a cabeça ( Estudante 2.)

Já um(a) outro(a) estudante aponta uma solução diferente:

Acho que na sexta-feira a primeira aula poderia ser com um café gostoso, onde cada um traz um prato de comida, refrigerante para uma confraternização. Até os professores iam gostar ( Estudante 2).

Também verificou-se dois estudantes que faltaram em muitas aulas durante o ano por motivos de saúde. A justificativa de alguns alunos(as) foi que no inverno dava muita preguiça de ir, pois as salas de aula eram muito frias. Ou seja, os motivos pelos quais os(as) alunos(as) faltam na sexta-feira são três: a questão da metodologia do(a) professor(a); motivos de saúde (atestados, frio, chuva e inverno) e motivos pessoais. Em relação aos motivos pessoais encontram-se estudantes que calculam suas faltas e deixam para faltar no final do ano, não ultrapassando o limite.

Em relação ao comprometimento dos(as) alunos(as) com a escola em relação às faltas, a maioria entende a responsabilidade e se auto responsabiliza, prometendo assim melhorar o desempenho e interesse nas disciplinas. Apenas um(a) estudante respondeu que não tem nenhum interesse em não faltar ou mudar em relação a sua visão das aulas.

Em relação aos professores(as), quando justificam sobre as razões que levam os(as) alunos(as) a faltarem às aulas, percebe-se na análise das respostas que 85% dos(as) educadores(as) deixam toda a responsabilidade para o desinteresse do(a) aluno(a). Somente 15% alegam que os(as) estudantes da noite chegam muito cansados na escola por conta da jornada de trabalho. Mesmo que muitos dos(as) estudantes sejam menores de idade, já fazem estágio remunerado em empresas, necessitando assim frequentar a escola na busca de ascensão social e uma melhor colocação no mercado. Sobre as faltas específicas de sexta-feira um(a) professor(a) comenta:

Já é cultural dos nossos estudantes guardarem a sexta-feira para motivos pessoais ( Professor(a) A).

Em relação à responsabilidade dos(as) professores(as) com este eventual problema foi comentado que:

Procuram estimular a frequência com atividades diferentes, empregando metodologias ativas, somadas a aulas investigativas como forma de ação. Também procuram conversar entre os colegas professores da turma para promover a reversão do quadro. Comentam que precisam falar a mesma língua( Professor(a) B).

Ao perguntar aos docentes quais as estratégias utilizadas para diminuir as faltas na sexta-feira, muitos questionaram a falta de estrutura e de materiais na escola. O professor de biologia comenta que:

O laboratório de Ciências está desmontado e muitos materiais do acervo estão se perdendo e estragando por falta de incentivo e fiscalização da gestão da escola. O que causa muitas ações negativas e prejudiciais ao aprendizado dos alunos, impedindo-os de contemplar as aulas práticas (Professor C).

E por fim, ao perguntar aos professores(as) como os(as) pedagogos(as) e a gestão poderiam contribuir para diminuir as faltas nas sextas-feiras, aparece:

Planejando em conjunto com o corpo docente, com atividades que oportunizassem outras vivências pedagógicas, uma por mês, dentro do planejamento da proposta em ação. Priorizando a reforma do laboratório de ciências, físicas e químicas. Condições essenciais para atender os cursos oferecidos na escola (Professor C).

Com o Plano de ação e a vivência do estágio, pode-se tomar nota da necessidade e importância do pedagogo(a) para a concretização dos direitos dos alunos no processo escolar. Além disso, observou-se o quanto é importante o profissional ter conhecimento e segurança para realizar o seu trabalho.

A escola é um conjunto, e cada membro é necessário para se desenvolver uma educação de qualidade. O(a) pedagogo(a) é um(a) dos (a) profissionais fundamentais para uma educação de qualidade.

Cabe ao pedagogo(a), junto com os(as) professores(as), elaborar estratégias e planos de ação que contemplem essa necessidade de aumentar o interesse dos(as) alunos(as) em ir para escolas. É importante ouvir os(as) jovens e dar autonomia para que eles possam pensar em alternativas para o seu bem estar e aproveitamento na escola.

Ao finalizar o plano de ação, os(as) estagiários(as) conversaram com os(as) professores(as), colocando algumas sugestões de atividades e encaminhamentos que aproximam os jovens da escola, especialmente no noturno. Estas atividades eram: rodas de conversa e mudança da estrutura da sala de aula tradicional, ou seja, a permissão para que os alunos troquem experiências entre si e com os(as) professores(as).

Embora uma das falas dos(as) professores(as) foi a falta de estrutura do colégio, foi deixada como sugestão a utilização dos demais ambientes da escola, como o saguão que pela noite fica bem iluminado. A sugestão que foi menos aceita pela gestão e os demais, foi sobre a tolerância da entrada para primeira aula, que era bastante rigorosa. As sugestões que os(as) estagiários(as) mais pontuaram foi sobre dar voz ao aluno(a), realizar momentos de conversa sobre a matéria ou sobre alguma dificuldade observada pelo(a) professor(a). Para finalizar, foi pontuado sobre a hora do intervalo, se havia a possibilidade de ser adiantada a refeição, pois vários(as) jovens, relataram que chegavam direto do trabalho e não conseguiam comer. Essas sugestões, foram deixadas da sala dos(as) professores(as), para que pudessem visualizar e pensar no assunto.

A escola é um ambiente de experiências, de trocas e construções, cada sujeito, ideia e opinião é importante para desenvolver um trabalho de qualidade, respeitando os direitos e deveres de cada um. E muitas vezes é necessário pensar e repensar nas ações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral evidenciar a importância da função social da escola, do(a) pedagogo(a) e a visão dos sujeitos do Ensino Médio. No estudo foram definidos como objetivos específicos: analisar o encaminhamento do(a) pedagogo(a) com alunos do Ensino Médio; especificar os desafios desta etapa de ensino na atualidade, considerando a sua organização; e pontuar quem são os alunos do Ensino Médio.

No primeiro capítulo sobre a função social da escola e a função do pedagogo escolar, foram apresentados argumentos de que fica evidente a necessidade em garantir que os alunos tenham seus direitos colocados em prática e de que possam se desenvolver integralmente, sendo respeitadas suas individualidades, gostos, expectativas e anseios em relação à instituição de ensino.

No segundo capítulo, que fala sobre os desafios do Ensino Médio regular na atualidade, a organização do Ensino Médio na legislação educacional, o Currículo no Ensino Médio, a proposta do Novo Ensino Médio e a BNCC foram destacadas. Da mesma forma, as dificuldades atuais foram outro ponto de partida, debruçando-se sobre os documentos essenciais para o Ensino Médio, as suas relevâncias e quais os problemas que o novo Ensino Médio traz.

No terceiro capítulo, sobre quem são os(as) alunos(as) do Ensino Médio e estudante como sujeito de direitos, colocado como centro da sua aprendizagem, foram considerados todos os aspectos sociais, culturais, emocionais e econômicos.

Sobre os resultados, a pesquisa revelou que a escola precisa ser um local de construção do conhecimento, reivindicações e de descobertas. A função social da escola é permitir que todos que estejam dentro dela se modifiquem, quebrando a imagem de que o conhecimento está centralizado no professor. Esta não é uma verdade, pois o conhecimento se modifica e se reinventa a partir de cada compreensão de indivíduos diferentes.

O Ensino Médio é constituído com sujeitos e a diversidade é um fator vivo, pois cada pessoa é um ser, socialmente, economicamente e culturalmente. Isso enriquece e torna o ensino cada vez mais significativo. É necessário ter uma visão sensível sobre todos. Isso porque, há os jovens sujeitos que são vítimas da sociedade. O Ensino Médio, algumas vezes, torna tudo mais difícil. Por isso a

importância em quebrar a visão de escola punitiva e transformá-la em uma escola acolhedora dos jovens marginalizados.

O(a) pedagogo(a) é um dos responsáveis por criar ações para diminuir as desigualdades intraescolares, utilizando a equidade como princípio para garantir os direitos e a diminuição do fracasso e evasão escolar. Se faz necessário pensar em políticas públicas para que o(a) aluno(a) do Ensino Médio seja reconhecido e respeitado como um sujeito de direito por uma educação pública de qualidade, inclusiva e referenciada.

A partir da pesquisa, revisão bibliográfica e das leituras, pode-se concluir que a escola é um ambiente social e de mudanças. Assim como a sociedade e os seus sujeitos têm se modificado, a escola também precisa se modificar e se reinventar. A escola não pode se calar perante as injustiças sociais, deve formar sujeitos que saibam de seus direitos e que tenham voz. Só assim se desenvolverá uma educação integral, crítica e libertadora.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <<https://livros01.livrosgratis.com.br/ue000077.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília, DF, 2017. Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category\\_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 12 ag. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)> Acesso em; 28 set. 2020.

BRASIL. **Formação de professores do ensino médio: o jovem como sujeito do ensino médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores : Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. Curitiba, UFPR/Setor de Educação, 2013. 69p. Disponível em: <<http://www.dpe.ufv.br/wp-content/uploads/ETAPA-I-C.-2.pdf>> Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº: 5/2011**. Parecer Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Seção 1, 24 jan. 2012.. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192)> Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jan. 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192)> Acesso em: 07 ag. 2020.

BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. de G.; IWASSE, L. F. A. ZANATTA, S. C. **Uma Visão Crítica Sobre a Implantação da Base Comum Curricular Em Consonância Com a Reforma do Ensino Médio**. Debates em Educação, v. 10, nº. 21, maio/ago. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/felip/Downloads/5087-20168-2-PB.pdf> Acesso em: 01 set. 2020.

CURITIBA, **DECRETO Nº 1313**. Altera o Decreto Municipal n.º 35 de 14 de janeiro de 2016, na parte referente às atribuições de Pedagogia Escolar do cargo de Profissional do Magistério da Administração Direta. Curitiba, PR, 15 dez. 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/125887001-Decreto-no-1312-decreto-no-1313.html>> Acesso em: 01 ago. 2020.

CURY, C. R. J. Educação Escolar e Pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23749>> Acesso em: 12 set. 2020.

DAYRELL, J. **A Escola Como Espaço Sócio Cultural**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. Disponível em: <<http://uniapae.apaebrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/10/A-ESCOLA-COMO-ESPA%C3%87O-S%C3%93CIO-CULTURAL-JUAREZ-TARCISO-DAYRELL.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L., ARROYO, M., **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FILHO, Manuel Alves, **Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas**. Jornal da Unicamp. 04 Dezembro de 2017. Disponível: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>>. Acesso em 27 de agosto de 2020.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> Acesso em: 20 out. 2020.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação. Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>> Acesso em: 07 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed., 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Coletivo Sabotagem, ano da publicação original 1996, ano da digitalização 2002. Disponível em:

<[http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17338](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338)> Acesso em: 05 jul. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, N. L. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2020.

HEERDT, M. L.; COOPPI, P. de. **Como Educar Hoje? reflexões e propostas para uma educação integral**. São Paulo: Mundo e Missão, 2003.

LEMONS, Valter. Equidade e sucesso escolar nas políticas públicas de educação. **Sociologia: Problemas e práticas**, 2013, p. 151-169. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/spp/1383>> Acesso em: 01 ago. 2020.

MARQUES, Ramiro. **A Escola e os Pais: Como Colaborar?**. São Paulo: Texto Editora, 1997.

MORAIS; TORRES. Pesquisando a partir do pensamento complexo - elementos para uma metodologia de desenvolvimento eco-sistêmico. **Educação**. Porto Alegre, RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 145 – 172, Jan./Abr. 2006. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/440/336&sa=U>> Acesso em: 01 fev. 2020.

NASCIMENTO; FERNANDES; FERREIRA; PAIVA; LISBOA; MACIEL; MUNERON. A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. **Pedagogia em Ação**. Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun., 2010.

PARANÁ. **EDITAL N.º 70/2019**. Estabelece instruções destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS. Secretaria da Educação e do Estado, Curitiba, 21 out. 2019. Disponível em:

<file:///C:/Users/felip/Downloads/Edital%20Pedagogo-seed-pr-70-2019.pdf> Acesso em: 07 out. 2020.

PARANÁ. **O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Coordenação de Gestão Escolar (CGE), 2010. Disponível em:

<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/papel\\_pedagogo\\_gestao\\_seed.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/papel_pedagogo_gestao_seed.pdf)> Acesso em: 19 jul. 2020.

PARANÁ. **Ações Significativas de Gestão Escolar**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Departamento de Gestão Educacional, 2018. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate\\_abandono\\_escolar/acoes\\_abandono.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/acoes_abandono.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2020.

PARANÁ, **Programa de Combate ao Abandono Escolar**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2013. Disponível em: <[https://mppr.mp.br/arquivos/File/Manual\\_Programa\\_combate\\_abandono.pdf](https://mppr.mp.br/arquivos/File/Manual_Programa_combate_abandono.pdf)> Acesso em: 02 out. 2020.

REDE BRASIL ATUAL (RBA). **Com recorde de homicídios, Brasil extermina futuro da juventude**, 2019. Não paginado. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/06/com-recorde-de-homicidios-brasil-extermina-futuro-da-juventude/>> Acesso em: 20 set. 2020.

SALERNO, S. K.; LOPES, R. P.; KFOURI, S. F. O Pedagogo na Rede estadual do Paraná: Reflexões Acerca de seu Campo de Atuação. **Poíesis Pedagógica**. Catalão, GO, v.13, n.1, p. 2-16, jan/jun. 2015.

SAVIANI, Dermival. **Escola e Democracia: Para além da Teoria da Curvatura da Vara. Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, BA, v. 5, n. 2, p. 227-239, dez. 2013. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/9713/7100#:~:text=Se%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20media%C3%A7%C3%A3o,a%20cessa%C3%A7%C3%A3o%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica.&text=Com%20isto%20o%20processo%20educativo%20fica%20sem%20sentido.>> Acesso em: 20 fev. 2020.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, e ed., 2004.

## **ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO**

### **QUESTIONÁRIO – PROFESSORES**

DISCIPLINA QUE ATUA: \_\_\_\_\_

- 1- Qual o principal motivo da evasão escolar nas sextas-feiras?
- 2- O que poderia ser feito para melhorar esse quadro?
- 3- Qual o motivo dos evasivos voltarem às aulas, necessidade de leitura ou diploma para adesão no mercado de trabalho?
- 4- Quais os métodos usados para segurar o aluno em sala e ter gosto pelas aulas?

### **QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES**

IDADE: \_\_\_\_\_

TURMA: \_\_\_\_\_

- 1- Quais os principais motivos para faltar aula na sexta-feira?
- 2- Quais os materiais didáticos que faltam na escola?
- 3- Quais seriam as sugestões de aulas na sexta-feira?